

# PORTUGAL democrático

ANO II — N.º 18

SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1958

Cr\$ 3,00

Em carta a "Portugal Democrático"

## Delgado saúda os portugueses do Brasil

A penetração e a influência de "Portugal Democrático" acentuam-se, dia a dia, como provam as inúmeras demonstrações, quantas vezes anônimas, que a cada passo nos chegam de Portugal. O nosso jornal é considerado — escrevia-nos recentemente um leitor — "o órgão efetivo da Resistência que vem derubando sucessivamente, perante o Mundo, os mitos com que Salazar se engalanou no decurso do seu longo e inadmissível reinado".

Chega-nos, entretanto, uma carta que nos enche de júbilo, ao mesmo tempo que nos dá novo ânimo para prosseguirmos, ainda com mais entusiasmo e maior esperança, a missão que nos impusemos de contribuir, por todos os meios ao nosso alcance, para que o Povo Português possa ter em breve um governo que o estime e honre. Essa carta escreveu-a o sr. General Humberto Delgado, o homem que pode orgulhar-se de ter conquistado um lugar à parte no coração de todos os portugueses. Se o Estado Corporativo lhe roubou a vitória que Portugal inteiro lhe deu, do Minho ao Douro, às Beiras à Estremadura, ao Alentejo, a Angola a Moçambique, em todas as províncias lusitanas, Humberto Delgado, que foi, iniludivelmente, o Presidente escolhido, será, todos os sabemos, o primeiro Presidente de um Portugal livre e democrático.

Ao "Homem Sem Medo", "Portugal Democrático", continua a oferecer a sua indefectível solidariedade, prometendo-lhe toda a colaboração, se necessário com o sangue dos redatores e orientadores do

único jornal português não submetido à censura de Salazar, até que Portugal se torne independente dos seus destinos, na Liberdade, na Paz e no Progresso.

É o seguinte o texto da carta do sr. General Humberto Delgado:

Exmo. Senhor Diretor do Jornal "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

São Paulo — Brasil

Exmo. Senhor:

Calculará V. Exa. o que têm sido estes seis meses de tensão e árduo trabalho, sujeito como hei sido a persigações e violências. Melhor avaliará quando atentar em que, depois do tufão da minha campanha eleitoral, o governo resolveu considerar como inexistente a vontade então expressa pela Nação, cilindrará-la com a PIDE e continuar nos mesmos bafios trilhos, depois de SER escandalosamente nomeado por, ou TER escandalosamente nomeado, quem nega o "título" de presidente da República!

Juntam-se estes acontecimentos às dificuldades de toda a ordem para se continuar — sem quaisquer direitos dos previstos no artigo 8.º da Constituição — a manter acesa a chama que o ditador quer exterminar, e V. Exa. encontrará talvez desculpa para só hoje lhe escrever estas palavras, há tanto tempo latentes nos meus desejos. Encerram elas um profundo agradecimen-

to a V. Exa. e aos colaboradores do seu precioso jornal cuja ação viril, patriótica e liberal tanto me sensibiliza o coração, quer como chefe do Movimento Nacional Independente, quer a título pessoal.

É que, Exmo. Senhor Diretor, as minhas responsabilidades morais aumentaram perante o entusiasmo nacional à quem e além fronteiras, ao ponto de já pertencer menos a mim próprio e à família do que à Nação que em mim acreditou, honrando-me com a sua escolha para cúpula ou símbolo humano do Movimento...

Dignar-se-á V. Exa. transmitir a expressão do meu comovido sentir junto dos compatriotas de Além-Atlântico e aceitar os meus cordiais, gratos cumprimentos.

PRÓ-PÁTRIA, PRÓ-LIBERDADE,

(a) Humberto Delgado.

NESTE NÚMERO:

- \* Opiniões insuspeitas — Pág. 5
- \* Estudantes do Brasil contra Salazar — Pág. 5
- \* Hospitalidade salazarista — Pág. 7
- \* Teotónio Pereira e o regime — Pág. 8

General HUMBERTO DELGADO



16 de outubro 1958

Seu muito querido jornal "Portugal Democrático"

São Paulo - Brasil

Seu Senhor

Calculará V. Exa. o que têm sido estes seis meses de tensão e árduo trabalho, sujeito como hei sido a persigações e violências. Melhor avaliará quando atentar em que, depois do tufão da minha campanha eleitoral, o governo resolveu considerar como inexistente a vontade então expressa pela Nação, cilindrará-la com a PIDE e continuar nos mesmos bafios trilhos, depois de SER escandalosamente nomeado por, ou TER escandalosamente nomeado, quem nega o "título" de presidente da República!

Juntam-se estes acontecimentos às dificuldades de toda a ordem para se continuar — sem quaisquer direitos dos previstos no artigo 8.º da Constituição — a manter acesa a chama que o ditador quer exterminar, e V. Exa. encontrará talvez desculpa para só hoje lhe escrever estas palavras, há tanto tempo latentes nos meus desejos. Encerram elas um profundo agradecimen-

to a V. Exa. e aos colaboradores do seu precioso jornal cuja ação viril, patriótica e liberal tanto me sensibiliza o coração, quer como chefe do Movimento Nacional Independente, quer a título pessoal.

É que, Exmo. Senhor Diretor, as minhas responsabilidades morais aumentaram perante o entusiasmo nacional à quem e além fronteiras, ao ponto de já pertencer menos a mim próprio e à família do que à Nação que em mim acreditou, honrando-me com a sua escolha para cúpula ou símbolo humano do Movimento...

## UMA DATA HISTÓRICA

### Os Portugueses de São Paulo comemoraram o 5 de outubro

Cerca de duas centenas de pessoas participaram, na noite de 4 de Outubro, no banquete comemorativo do 48.º aniversário da data gloriosa do 5 de Outubro de 1910. Foi uma festa de confraternização entre democratas portugueses como há muito não se via em São Paulo. Uma nota dominou o ambiente e esteve presente em todas as discursos pronunciados no amplo salão do Palácio Mauá: a da Esperança. Ao invés do que tem acontecido em anos anteriores, falou-se muito mais no futuro de Portugal do que do seu passado e do seu presente.

Na presidência, como habitualmente, o sr. comandante Sarmento Pimentel. Entre os assistentes figuravam personalidades brasileiras entre as quais o deputado Cid Franco, candidato a vice-governador de São Paulo nas últimas eleições e grande amigo de Portugal. Esta-

vam também presentes muitos republicanos portugueses do Rio de Janeiro que se deslocaram expressamente para assistir às comemorações da festiva data, nomeadamente o escritor e jornalista Adolfo Casals Monteiro e o sr. António Amorim.

#### PAULO DE CASTRO INVOCOU O 5 DE OUTUBRO

O primeiro orador da noite foi o comandante Sarmento Pimentel, cujas palavras publicamos em outro lugar. Discursou, a seguir, o jornalista Paulo de Castro que, falando de improviso, fez uma lucida análise do processo histórico do 5 de outubro situando a vitoriosa revolução de 1910 na linha dos grandes movimentos nacionais desencadeados pelo povo lusitano através dos tempos. Ao criticar o ditador, que na sua desmedida ambição pretende contrariar a marcha da história, des-

viando o homem português dos seus caminhos naturais, o orador esboçou um panorama confrangedor das realidades económicas e sociais de Portugal contemporâneo, evidenciando a sordida mesquinhez da obra negativa levada a efeito pelo Estado Novo. As suas últimas palavras foram também de esperança. Dos acontecimentos registrados na Pátria desde Maio, Paulo de Castro tira a conclusão de que o regime não poderá resistir ao apodrecimento progressivo e de que se aproxima a hora da libertação. Seguiu-se no uso da palavra o jornalista Santana Mota, cujo discurso publicamos em outro lugar.

#### FALA O DEPUTADO SR. CID FRANCO

Ergueu-se, depois, para falar o ilustre deputado sr. Cid Franco, grande amigo de Portugal. Foi saudado com uma prolongada e entusiástica salva de palmas por todos os assistentes, gratos pelas suas oportunas intervenções na Assembléa paulista, a propósito da atuação no Brasil de alguns agentes salazaristas, sempre na espreita de uma oportunidade para alardearem os méritos do ditador de Santa Comba.

O sr. Cid Franco inclinou o seu breve discurso com uma pergunta: "O que acontecerá em Portugal depois da queda de Salazar?", a que ele próprio respondeu, afirmando que, com todas as suas falhas, é incomparavelmente melhor a Democracia Brasileira às ditaduras fascistas de Portugal ou de Espanha. Analisou a situação política do Brasil e concluiu indicando que as omissões e, até, os erros cometidos por democracias como a praticada neste país amigo e fraterno devem ser tomadas em conta na futura República Democrática Portuguesa.

Fez o elogio das forças progressivas e democráticas que lutam contra o obscurantismo e a violência do regime de Salazar e terminou desejando que Portugal recupere bem depressa a sua inteira soberania, a fim de poder alicerçar o seu futuro nos ideais democráticos que tão vivos persistem no Povo Português.

A assistência de novo tributou ao sr. Cid Franco vibrantes saudações pelo interesse que vem oferecendo (Continua na 2.ª pag.)

## Lutemos organizados

A grande jornada do 5 de outubro deste ano no nosso país, veio mostrar-nos que a luta contra o salazarismo encetou nova etapa. Até agora, a oposição congregava-se apenas nos curtíssimos períodos pré-eleitorais em que o fascismo concedia aos portugueses, para inglês ver, uma liberdade medida a conta-gotas. Depois das últimas eleições porém, tudo indica que o sentimento anti-salazarista do povo português, que já passara da "alma para os braços", está a atingir um novo ponto da sua evolução, transformando-se, embora lentamente, numa atividade organizada.

É inegável que tal organização está em marcha: nas greves políticas de julho, logo após as eleições-burla, como protesto contra a "nomeação" de A. Tomás, participaram mais de 60.000 trabalhadores; a jornada de 9 de agosto, dia da posse do novo presidente-fantoches, constituiu um dia de luto nacional, em que centenas de milhares de pessoas, em todo o país, se abstiveram de comprar jornais, de tomar qualquer meio de transporte, de frequentar espetáculos ou cafés; agora, em 5 de outubro, o povo saiu novamente para a rua e foi em romagem aos monumentos aos mortos da República, desafiando a proibição da Polícia que, para dispersar a multidão, teve de recorrer aos métodos extremos.

Estes movimentos coletivos, pelo elevado número de pessoas que congregam e pelo fato de se terem realizado, como é lógico, sem a participação da imprensa, do rádio ou de qualquer outro meio de comunicação, além daqueles que o engenho popular inventa, provam-nos que terminou o período da falta de contacto entre os diferentes setores da oposição e que, finalmente, mesmo fora dos períodos eleitorais, o povo português começa a sentir-se enquadrado politicamente.

A principal tarefa dos opositoristas, no momento atual, é trabalhar para que este enquadramento continue: é indispensável que os diferentes setores da oposição, esquecendo aquilo que os separa para só se lembrarem do que os une, prossigam neste caminho. As eleições de junho revelaram à sociedade que muito mais se poderia fazer se houvesse uma organização prévia. Novas lutas se aproximam: organizemo-nos para elas.



Um aspecto do jantar comemorativo do 5 de Outubro, realizado em São Paulo, no Palácio Mauá. Ao fundo, o escritor Adolfo Casals Monteiro, a srta. de Vitor Ramos e o jornalista Paulo de Castro.

# Comemorações do "Cinco de Outubro" em S. Paulo

(Continuação da 1.ª pág.) à causa da aproximação entre os dois Povos fraternos, Portugal e Brasil, assim como pela constante defesa que em todas as circunstâncias o destacado parlamentar paulista vem fazendo da Democracia e da Liberdade.

## UM POEMA DE CARLOS MARIA DE ARAUJO

Foi dada a palavra, em seguida, à distinta escritora, sra. D. Maria Archer, a quem os presentes tribuam igualmente uma salva de palmas. Mas a ilustre mulher de Leers, que tanto se tem salientado na batalha contra a ditadura fascista portuguesa, afirmou que não ia discursar mas tão somente se dispunha ler, conforme lhe tinham solicitado, o poema de Carlos Maria Araújo inserido no último número do nosso jornal e alusivo à data gloriosa de 5 de Outubro.

Tanto a declamadora como o autor do poema foram muito aplaudidos.

Encerrou a série de discursos o presidente da comissão organizadora da vibrante jornada de confraternização republicana prof. dr. Victor Ramos, que principiou por fazer um apelo a todos os presentes no sentido de prestarem a sua colaboração ao "Natal do Preso Político", iniciativa do nosso jornal.

## O DISCURSO DE VICTOR RAMOS

Depois de recordar que era a quarta vez que se desincumbia da missão de pronunciar algumas palavras nestas comemorações da implantação da República, Victor Ramos pôs em destaque a diferença de situação entre os banquetes anteriores e o presente: "Enquanto anteriormente — disse — nós tínhamos no

espírito apenas uma esperança, esperança que só no fundo do coração sabíamos ser realizável, esperança que alguns, mais céticos, poderiam mesmo considerar insensata, sem que pudessemos desmentir, ou antes, sem que conseguíssemos convencê-los do contrário, a não ser pela força do nosso entusiasmo e não pelo peso dos nossos argumentos, hoje, pelo contrário, podemos falar de uma certeza, podemos abrir o coração afirmando convictamente, com segurança, com firmeza, com base, que o regime português tem os seus dias contados, que o salazarismo está chegando à fase final da sua trajetória de dor para o povo português". Apontou depois alguns elementos que o levavam a manifestar esta opinião, dando o devido relevo à carta do Bispo do Porto, cuja importância assinalou "lamentando embora que só passados 32 anos a hierarquia religiosa do nosso país tenha achado voz para formular uma crítica a um regime que, desde o início, se inseriu em posição contrária aos mais elementares princípios cristãos".

Passando depois a expor as razões que o levariam este ano a falar mais do futuro que do passado, Victor Ramos acentuou que "o 5 de outubro, página gloriosa das tradições democráticas do

nosso povo, etapa necessária da nossa história, deve representar essencialmente o marco inicial de uma nova era na vida política nacional. Só assim poderá guardar todo o seu significado para os republicanos de 1958". "Qual será o sentido da nova República portuguesa?" perguntou. "Trinta e dois anos de ditadura, vicariar completamente o sentido da vida política nacional. Trinta e dois anos sem imprensa, sem livre pensamento, sem vida sindical, sem livre discussão de qualquer problema de interesse para a vida nacional, deram ao português de hoje, forçosamente, uma visão deformada do mundo. Só o tempo mostrará os prodígios de engenho, de astúcia, os esforços dos portugueses para não se deixarem nivelar pela bitola medíocre do Estado Novo. Assim mesmo, e não esquecendo tais esforços, é lícito perguntar como poderá integrar-se no ritmo normal da democracia em povo que dela vive afastado há tanto tempo, que traumatismos essa integração provocará e em que sentido se realizará".

## A IMAGEM DO NOSSO PORTUGAL

"Paradoxalmente — afirmou — a salvação parece que há-de vir exata-

mente da gravidade dos problemas que o país vai enfrentar. A nova República terá que ser um regime devotado em primeiro lugar à resolução dos angustiosos problemas económicos da população portuguesa. Está nas nossas mãos fazer uma República que dure, que se irmane de tal forma com os interesses do povo português que nunca mais os seus inimigos possam pensar em derrubá-la. Se não queremos, passados alguns anos, sucumbir a um novo 28 de maio devemos, desde já, pensar em tudo isto".

"Os milhares de pessoas que, a esta mesma hora, desafiando as rigorosas proibições policiais comemoram a data do cinco de outubro, nas ruas, em núcleos, em reuniões, como as circunstâncias o permitirem, tem no fundo do coração uma imagem, talvez vaga mas segura, de um novo reime que traga para Portugal uma nova era, não só de ampla democracia política, mas também de melhor padrão de vida, de acesso de todos os portugueses à saúde, à cultura, ao bem estar. E essa também a imagem do novo Portugal que está na mente da Comissão organizadora deste banquete, em nome da qual falei hoje aos nossos compatriotas aqui presentes".

# O futuro depende das soluções que teremos de encontrar

Declarou Santana Mota

Publicamos, abaixo, o texto do discurso proferido pelo jornalista Santana Mota, figura destacada da

imprensa paulista e nosso prezado colaborador.

Meus senhores: Tinha eu dois anos quando a República se implantou em Portugal. Tinha 18 quando lá se instalou o Estado Novo. Aludo a estas duas efemérides da minha vida para que melhor se compreenda a minha atitude e os da minha geração em relação à data que se festeja aqui.

Peza-me dizer-vos que nada ou muito pouco o 5 de outubro significa para nós. Têmo-lo, quando muito, como um lindo sonho frustrado, a recordação saudosa e esmaecida de uma irmãzinha cujas virtudes nos exaltam mas que morreu há muito tempo. Nem lhe retivemos bem as feições, nem somos capazes de reproduzir qualquer palavra ou ato que dela nos ficasse e que a definia. Teria sido bela, teria tido as virtudes que lhe atribuem: mas acontece que já morreu e que nada a poderá ressuscitar. Sobre o seu túmulo acumularam-se o rescaldo da primeira guerra e os cataclismos económicos, políticos e sociais da segunda. Se ela voltasse ao mundo, o mundo seria tão estranho quanto ela o vai sendo para nós.

Nada do que eu sou e do que eu penso — e quando digo eu refiro-me do mesmo passo à minha geração — recebeu dela inspiração ou ensinamento. As idéias, a orientação filosófica e política, bebemo-la indirectamente de outras fontes, que infelizmente se não localizavam na pátria. Talvez por isso sejamos uns expatriados, uma espécie de banidos espirituais, sem afinidades e raízes no solo que nos criou. Não o lamentamos por nós, mas pelo país de onde viemos. Mantermo-nos fiéis ao que é hoje, em nada dignificaria a nossa condição de homens livres.

Há, no entanto, um pequenino elo, uma íntima ligação entre nós e este 5 de outubro que ora nos reúne. E que dele, possivelmente, é que nos veio esta atitude de resistência, esta obstinação em não ceder, esta indefinida esperança em não sei quê, esta fé em qualquer coisa mais digna de ser vivida. Para além de todo o romantismo das idéias, de todo o parnasianismo conceitual das teorias, de toda a extravagância e incoerência das atitudes que caracterizaram os homens de 1910, é indubitável que havia neles, ainda titubeante e indefinida, uma palavra que dizer às gerações futuras. Foi essa palavra que o 28 de maio lhes selou na boca e a que se não pode já dar a interpretação que tinha.

fim do cativo que sofremos durante 32 anos mercê de circunstâncias, sobre tudo internacionais, que a História se incumbirá de explicar.

O erro desses homens foi um só: o de haverem colocado o diálogo político-filosófico na esfera das abstrações ideológicas, sem nenhuma ou só com muito débil relação com as duras e prementes realidades nacionais. Eram — como diria o Eça — democratas traduzidos do francês, mais ocupados na "mise en scène" da Revolução do que em mergulhar-lhe as raízes na consciência e nos interesses do povo.

Em política, porém, as idéias valem unicamente pelo que de substancial apresentem para a solução dos problemas peculiares de cada povo. E o que leva muitas idéias, aparentemente belas e brilhantes, a perderem o interesse e a simpatia do público, é o elas se limitarem a uma exibição estéril na arena das controvérsias, sem nunca mergulharem as raízes nas simples realidades dos problemas que contornam. E o que tem acontecido com tantas idéias de cunho liberal e democrático, puidas à custa de uso nas assembléias e comícios, mas inteiramente virgens de contactos com a prática realizadora e construtiva.

Há uma coisa de que os velhos democratas portugueses lamentavelmente se esqueceram e que nós não podemos esquecer agora: o conceito de democracia e liberdade não varia unicamente de escola para escola filosófica; varia também de classe para classe. O que é liberdade para um intelectual, para um artista, não é nem pode ser exactamente o que o mesmo conceito significa para um trabalhador dos campos ou das fábricas. E, no entanto, se uma sociedade necessariamente se compõe de tantas classes e interesses quantas são as subdivisões das suas actividades económicas, culturais e artísticas, é óbvio que a harmonia e o progresso sociais dependem irrefragavelmente duma plataforma em que essas várias interpretações ou conceitos se interpenetrem e conjuguem.

Para um simples trabalhador do campo, a liberdade de expressão do pensamento não é problema que directamente o afete; a liberdade tem para ele um horizonte mais estreito e imediato, mas nem por isso menos legítimo e sagrado. Acontece, entretanto, que uma é condição inalienável da outra, e que a melhor forma de alicermos o camponês e o proletário à defesa da primeira, está em nos aliarmos a eles na conquista da segunda. Liberdade, Justiça Social, Governo do Povo pelo Povo — tudo isso foram, com efeito, belas e sedutoras palavras a que o povo emprestou o seu entusiasmo enquanto as teve por um "abrete Sésamo" das suas reivindicações. No dia em que, escoado o tempo, ele se viu diante dos mesmos problemas, sem

esperança no sortilégio dessas palavras antigas, — Liberdade, Justiça, Democracia, passaram a ser para ele "slogans" vazios de sentido ou, o que é ainda mais grave, espárragos a que atraíam a sua boa-fé.

Pois a nossa tarefa agora — tarefa árdua, gigantesca, difícilíssima, consiste precisamente em reacender no povo a confiança que ele perdeu nessas palavras; não, evidentemente, vestindo-as de roupagem nova, de novos floreos de retórica, mas estabelecendo entre elas e o seu significado uma relação concreta, real, indiscutível.

Seria inútil voltar-se a falar de liberdade e democracia a um povo cuja estrutura económica e social se não presta à compreensão de uma e outra. Não podemos nem nos devemos esquecer que democracia e liberdade são plantas exóticas em Portugal. Não diremos que o terreno lhes seja sáfaro; mas a verdade é que as sementes que o vento da Revolução espalhou nele, logo um suão reacionário engelha e esteriliza. Nunca houve tempo para elas germinarem e aprofundarem raízes. E a culpa, havemos de convir, tem sido mais do amanhã do que das intempéries. A uma idéia democrática tem de corresponder, necessariamente, uma realidade democrática. Não se pode estabelecer democracia num país de economia parasitária, afeito há séculos a equilibrar-se com os subsídios suplementares da emigração e das colónias. Um país que em si mesmo não descubra os recursos indispensáveis à sua subsistência, não só não tem direito a ser livre, como não tem direito a ser independente. Nós recusamo-nos, porém, a acreditar que Portugal não tenha em si esses recursos. O que a Portugal aconteceu é o que aconteceu a muito fidalgo pobre: encaixilhou os pergaminhos, mira-se neles, e prefere recorrer à esmola de antigos servos do que reabilitar-se pelo estudo e pelo trabalho. Somos um país de economia pobre, diz-se com excessiva frequência. Pois somos; mas somos também um país onde o sistema agrário é o principal responsável pela evasão anual de dezenas de milhares de braços que lhe podiam aumentar a produção e a riqueza. A nossa agricultura tem dois males que a depauperam: a fragmentação da propriedade no Norte, que a reduz a um simples regime hortícola, antieconómico e improdutivo, causa primordial da sangria emigratória; e o latifúndio no Sul, origem das enormes extensões improdutivas e da diminuta escala demográfica que se registra em toda a região. Somos um país que precisa de importar para comer e que, não obstante, se dá ao luxo de charnecas e pousios, de vastas lezírias para a criação de touros e de coutadas para os lares da caça. O processo evolutivo da economia agrícola portuguesa, por meio do qual nos poderíamos ter gradativamente preparado, como outros povos, para assentar nela os alicerces da revolução industrial e democrática que da Inglaterra e da França se espalhou no continente europeu, interrompeu-o a cépida aventura da era das descobertas. Tem-nos saído bem cara a glória de descobridores de mundos. Tão cara que ainda não nos libertamos das grilhetas com que ela nos correntou, pelos séculos fora, à pobreza, à ignorância e à escravidão política.

Há nítidos sintomas de que Portugal se abeira do fim de novo ciclo reacionário da sua história. O mais claro de todos eles é a debandada dos primeiros ratos da caravela em naufrágio. Há razões para euforia? Sem dúvida. Mas há mais fortes razões ainda para nos lançarmos no exame de todos os problemas de cuja solução depende, impreterivelmente, o rumo que pretendemos dar à nau desgovernada. Se falharmos, se persistirmos no erro de ignorar as realidades económicas e sociais que inconformadamente se negam a ajustar-se à abstracção das nossas teorias, taremos conccionado apenas para assinalar no calendário das frustrações históricas uma data mais para pretexto de lamentações e discursos em torno de mesas como esta.

## Pouco falta para o triunfo total - afirmou o comandante Sarmiento Pimentel

Publicamos, a seguir, o texto do discurso proferido pelo sr. comandante Sarmiento Pimentel — figura prestigiosa em volta do qual se congregam os democratas portugueses do Brasil — durante o banquete comemorativo do 5 de outubro.

Senhoras e Senhores: Primeiro, o meu sincero agradecimento pela honra de presidir este jantar comemorativo do 48.º ano da implantação da República em Portugal.

Da data cívica de 5 de Outubro, seu significado político e histórico, falará Paulo de Castro, famoso jornalista, escritor e grande democrata, trasmontano ilustre, que, pela sua inteligência e cultura, ocupa posição de alto relevo na imprensa diária do Rio de Janeiro.

1958 marca nos anais da democracia portuguesa uma página de confôrto moral, vitória política decisiva no nosso destino, esperança de próxima e total libertação.

O povo português teve ensejo de demonstrar a todo o mundo a sua repulsa pela ditadura de Salazar, e de provar ao próprio ditador que não se converteu ao credo totalitário.

Ninguém de boa-fé dirá que as últimas eleições para a Presidência da República deram a maioria de votos ao candidato do Governo, o contra-almirante Tomaz. Antes tódia a gente sabe, em Portugal e no Extrangeiro, que o eleito, de verdade, foi o candidato da oposição, General Humberto Delgado.

Nem a censura, nem os tanques, metralhadoras, Polícia, Guarda Republicana, conseguiram amedrontar, dominar a opinião do povo, cansado do poder desse tirano cruel e fanático que, há 32 anos, vem tentando calar e esmagar a consciência democrática dos portugueses.

Os grandes jornais brasileiros disseram o que foi a heróica e sangrenta jornada onde a tropa teve de assassinar muitos dos nossos patriotas para que Salazar pudesse nomear esta segunda edição do triste Craiveiro, que já era cópia doutro pau mandado, o caquético Carmona.

O castelo medieval do taciturno inquisidor ficou, neste cerco que ultimamente lhe poz a liberdade, esbarrado em todas as suas espessas muralhas. No próprio fôso da Igreja, o Bispo do Porto lançou

corajosamente a ponte para a República passar por cima de todos os fanatismos a serviço do Estado Novo, e desmentiu e destruiu os supostos milagres que apregoava a propaganda do Partido único.

O senhor feudal já mandou evacuar da sua fortaleza aqueles que agora considera bocas inúteis: — o sinistro cabo Costa, o cacique mór Trigo de Negreiros, os pitos e pitas que cantavam de galo em banquetes e festanças nabalescas, e outros tais da Legião, corroidos de corpo e alma pelas orgias do poder, mas testas as algibeiras dos negócios anafados com que os arregoavam os Grêmios, a Banca, a plutocracia.

Esses remedos deitados há pouco no descredito do Governo para salvar as aparências da derrota desmoralizadora sofrida nas últimas eleições e como que derradeira tentativa para uma rendição sem refens, não iludem a oposição, não diminuem a onda de revolta que se avoluma dia a dia. Tanto assim é, que o ditador já se apercebeu da infantilidade desse experiente maquiavélico, e vem de adiar por tempo indeterminado as eleições para as Juntas de Freguesia marcadas para este mês de Outubro, na certeza evidente de que seria mais uma vez derrotado.

O povo não se fia nas promessas que fez no ato de posse o Presidente imposto pela força armada e nomeado pelo arbítrio do ditador, e tem-o como símbolo da prepotência, da mentira, testa de ferro dos salteadores que roubaram os sagrados direitos manifestados nas urnas.

O povo reclama e exige a República e na Presidência em seu legítimo representante. Quer a liberdade e a Democracia. E lutar, e nós com ele, até reconquistar os seus direitos adquiridos em luta de séculos, na certeza de que já pouco falta para o triunfo total, absoluto da sua vontade.

Estou firmemente convencido de que será este o último ano que assisto em São Paulo às comemorações da implantação da República Portuguesa. Em 1959 devo estar presente em Portugal para, com aqueles dos poucos companheiros que ainda vivem, festejarmos a data gloriosa da revolução de 5 de Outubro de 1910, e o

# O despertar da Igreja em Portugal

Adolfo Casais Monteiro

Publicou este jornal, no último domingo, um documento cuja significação é bem clara: a Igreja desperta, em Portugal, de um sono e trinta e tantos anos. Bem sei que a carta do Bispo do Porto ao presidente do Conselho não implica a concordância da Igreja; ninguém ignora, porém, dadas as circunstâncias — isto é, a estreita colaboração que a Igreja deu, desde o início, à ditadura de Salazar — que a carta de um Bispo não pode ser tomada como as declarações de um simples particular. Aliás, basta lê-la com atenção para se compreender que, por trás dela, está, não direi todo o clero português, mas, sem dúvida possível, a sua parte sã.

Bem sei que, esporadicamente, afirmações que mal chegaram ao conhecimento público precederam a carta em questão. Mas, que eu saiba, nenhuma delas constituiu senão uma reacção a circunstâncias particulares (a miséria dos trabalhadores no Alentejo, por exemplo — mas não possuio elementos para documentar este e outros casos), nenhuma delas foi, como agora sucede, uma análise em profundidade da própria estrutura do pensamento e dos métodos do corporativismo fascista; pela primeira vez, um dos mais altos dignitários da Igreja portuguesa diz cara a cara ao sr. Oliveira Salazar que os católicos não podem estar com ele.

E' certo, falta à carta do Bispo do Porto uma autocrítica, que apenas está apontada em breve passagem, ao dizer que o "início da carreira" do sr. Oliveira Salazar fôra tido por ele como "uma espécie de oferta que a Igreja fazia à pátria num momento crucial". Não diz o Bispo do Porto que foi a própria Igreja quem levou ao poder o ditador. Não diz, portanto, que a responsabilidade deste é maior do que a de qualquer político afeto à Igreja, mas a de quem, pela sua acção, se serviu dos meios que a Igreja lhe deu para afinal arrastar esta, e consigo a própria pátria, para a beira do abismo. Pois é isto mesmo que, com todas as letras, lemos, com alívio, na carta do Bispo do Porto.

Com alívio, porque, mesmo tardio (quem sabe se os maldosos não irão dizer que o clero tem, como os ratos, aquele pressentimento que os faz abandonar o navio antes de alguém mais pressentir o seu próximo naufrágio!), o despertar da Igreja já não pode deixar de nos aparecer como a talvez única esperança de que o país se livre da subversão temida pelo Bispo do Porto, pois a Igreja pode, de um momento para o outro, derrubar a ditadura, acabar com o Estado Novo e com o corporativismo fascista. A verdade é triste, mas necessário é dizer: a Igreja tem sido o único apóio moral do fascismo português, a Igreja criou no seu seio o ditador, só ela pode livrar o país da peçonha que envenenou a sociedade portuguesa.

E o exército, perguntar-se-á? Ora! algum ingénuo poderá supor que, faltando ao ditador o apóio da Igreja, o exército estivesse disposto a mantê-lo no poder? Não sei mesmo se, por si só, um documento como esta carta não bastará. Faço votos para que assim seja. E, note-se bem, não os faz um católico. Mas a intervenção da Igreja, neste momento grave, permitiria a transição. evitaria a subversão que o Bispo do Porto não é o primeiro a prever, que todos os democratas prevêem desde há muito — mas sem terem os meios de acção de que a Igreja dispõe para transformar essa previsão num movimento efetivo para salvar a pátria em perigo.

Escreve D. António Ferreira Gomes aquilo que todos os espíritos esclarecidos pensam há muito: "Se os católicos não são capazes de suportar o desfavor do poder não merecem respeito e liberdade. Mas é de fundamental importância que, do próprio seio da Igreja, uma das suas vozes mais autorizadas se erga para o dizer; não que isso nos faça esquecer a repelente aliança, os graves erros da Igreja, a sua total participação na obra de descarregação moral levada a cabo pela ditadura, só porque teve a imprudência de pôr a letra acima do espírito, e só pensou nos benefícios terrenos que lhe adviriam de ter posto, à frente dos destinos da nação, um homem que se dava como seu fiel porta-voz.

Quando digo "benefícios terrenos" não estou a pensar embora sejam para considerar... os propriamente materiais; refiro-me, isso sim, ao domínio sobre as almas, ao domínio por decreto — e pela polícia. A homenagem que aqui presto a D. António, Bispo do Porto, tem que levar o peso desta acusação; é essa responsabilidade que a Igreja

precisa de assumir, e compreender bem que não lhe bastará desolidarizar-se do Estado Novo mas lhe cumpre pedir a sua própria absolvição como co-responsável destes 30 e tantos anos de insulto à pessoa humana, e a todos os valores de que ela se pretende a própria encarnação.

Apesar de tudo, a Igreja ainda não abriu de todo os olhos para a realidade. A carta do bispo do Porto dá-me a impressão de alguém que dá conta de um desvio alheio mas não de quem reconhece o próprio erro; e, se isso não diminui a importância do documento, quanto aos seus efeitos imediatos, e como sinal de alarma, deixa contudo de refletir a verdade, porque suprime a causa. E a causa está numa conspiração que vem de longe: na conjura contra a República, da qual a condução do sr. Oliveira Salazar ao poder não foi senão a apoteose. D. António Ferreira Gomes parece ignorar, ou esquecer, que não existia qualquer necessidade dum ditadura

militar, em 1926. Parece supor que a solução de força fosse... uma solução. Precisar-se de nos ter dito que a crise teve início quando a Igreja se serviu daquela para levar ao poder um homem "apenas conhecido pelas suas atividades no campo católico".

A Igreja aceitou o que já então era uma afronta à pessoa humana. Não deu conta de que, servindo-se da força, ela própria seria atingida pela dialética da violência. A verdade, a triste verdade, é que a Igreja sempre fôra aliada das forças reacionárias, e continuou, supondo servir-se delas, a servi-las. Ai está a sua obra: "está-se perdendo a causa da Igreja na alma do povo, dos operários e da juventude". Pela segunda vez na minha vida, tenho que defender o sr. Oliveira Salazar (1): por que havia ele de se julgar no mau caminho, se este lhe fôra apontado pela própria Igreja? Deveria ele julgar-se mais sábio do que ela? O digníssimo de d. António Ferreira Gomes está certo — quanto às

consequências; os males que ele denuncia foram claramente vistos, e isto claramente formulados; mas a doença profunda que está por trás exige da Igreja um exame da própria consciência. Pragmaticamente, o pronunciamento do bispo do Porto pode ser de incalculável importância. Mas mais importante ainda seria que ela limpasse a consciência dos prévios desvios em que descendo a uma arena demasiado perigosa para a sua dignidade, em vez de estar com o povo preferiu estar com os ricos. Se, trinta anos antes, a Igreja não se tivesse deixado fludir por circunstâncias demasiado passageiras, pensaria mais na defesa das suas prerrogativas do que nos altos fins espirituais, não teria sido aliada das forças que desde o início da República lhe minaram os frageis alicerces.

Infelizmente, não consigo esquecer — eu que tão pobre memória tenho! — as palavras há muitos anos proferidas por outro alto dignitário da Igreja, o cônego Correia Pinto. Pois disse ele (e não há notícia de que a Igreja tivesse então condenado as suas declarações) que "a humanidade futura seria constituída por ricos generosos e pobres

agradecidos". Creio que o sr. Oliveira Salazar nunca chegou a dizer uma inépcia de tal tamanho. E isto mostra que a responsabilidade da Igreja na instauração e na manutenção do Estado Novo não foi um acidente, mas correspondeu a uma "política" por ela seguida ao longo de muitos anos. Vemos com alívio, e mesmo com jubilo, que nova era parece ter início. Os meus votos são para que, caso o seu despertar leve às desejáveis consequências, dando um golpe de morte no fascismo português, a Igreja continue desperta — e evite o erro de dar novamente a Cesar o que é de Cristo.

(1) — Somente pelo interesse anedótico, registre-se que a primeira "defesa" consistiu em declarar o sr. Oliveira Salazar mais honesto do que os seus correligionários, pois tivera a coragem de dizer que "em política, o que parece é" — sendo isto precisamente, diga-se de passagem, maquiavelismo pouco próprio dum filho dileto da Igreja...

(De "O Estado de S. Paulo" de 27-9-58)

# As agências falam de Portugal...

Em telegrama datado de 6 de outubro, a agência americana "UPI" — cujas ligações com a agência noticiosa fascista "ANI" são já do conhecimento dos nossos leitores — informava:

"A polícia agiu ontem com energia tanto no Porto como em Lisboa para impedir que elementos extremistas convertessem em violências as cerimónias comemorativas do 48.º aniversário da Fundação da República."

O telegrama, bem documentado pelos propagandistas da "U.N.", não deixa de ter o seu quê de extravagante: a "energia" com que a polícia agiu para reprimir as "violências dos elementos extremistas"! Parece que os "extremistas" — mas quais?, quando é que em Portugal eles se manifestaram? — se tornam perigosos, mesmo que se limitem a romagens ao cemitério, a deposição de flores ou a jantares de confraternização... Para a agência americana de "informação" os atos subversivos dos portugueses que comemoram a data da implantação da sua República só podem ter comparação — com os de Little Rock...

"No Porto, onde todas as manifestações foram proibidas, vários milhares de pessoas tentaram reunir-se na parte central da cidade, sendo porém rapidamente dispersadas. Seis manifestantes foram presos."

A situação chegou a ser grave, como se vê, no Porto, pois os "terroristas" do nobre burgo "tentaram reunir-se na parte central da cidade". A "UPI" não explica quais eram os seus objetivos, mas todos nós adivinhámos. Porém, tudo voltou à boa paz, com a prisão dos "seis manifestantes" desordeiros.

"Em Lisboa, a polícia dispersou várias centenas de pessoas que se reuniram em frente à estátua do ex-presidente António Almeida, um dos fundadores da República, numa praça suburbana. Três bombas de gases lacrimogénios lançadas no meio da multidão foram suficientes para dispersar os manifestantes e pôr fim aos seus "vivas" ao candidato da oposição nas eleições passadas, general Humberto Delgado. Aproximadamente quinhentas pessoas, entre elas o próprio Delgado, várias personalidades importantes da oposição, jornalistas e fotógrafos, tiveram que fugir precipitadamente da praça, com os olhos ainda úmidos e irritados. Delgado declarou à imprensa que o emprego de gases lacrimogénios havia sido bastante lamentável."

A associada da "ANI" demonstra a exatidão com que despacha telegramas para o estrangeiro, situando a estátua do Presidente António José de Almeida, em Lisboa, numa "praça suburbana". Em questões de topografia, os americanos sempre foram fortes. Mas pode ser que, desta vez, tenham razão... Quem sabe se os agentes da PIDE levaram a estátua do grande político da República para outro local? Felizmente que nos "vivas" revolucionários das quinhentas pessoas presentes — seriam, de fato, quinhentas? — alguém — a "UPI" — não indicia os autores — lançou três bombas lacrimogénias para o meio da multidão...

"Duas cerimónias foram preparadas em Lisboa para comemorar o fim da monarquia, ocorrido em 5 de outubro de 1910. Cerca de três mil pessoas estavam na praça para ouvir os discursos de Delgado, do ex-ministro Francisco Cunha Leal e do candidato presidencial Artur de Azevedo, da oposição.

"Terminada esta cerimónia a multidão foi à praça onde se encontrava a estátua de Almeida, a um quilómetro e meio de distância. Do balcão de um apartamento vizinho, Delgado saudou a multidão reunida na praça e depois desceu para colocar uma coroa ao pé do monumento. Apenas o fôra quando

a multidão começou com gritos de "Viva Delgado", que provocaram imediata intervenção da polícia, com gases lacrimogénios. Em poucos minutos a praça ficou vazia.

"Não houve prisões e a polícia tampouco se utilizou de força física".

Podemos regosijar-nos pela isenção dada pela polícia, que não usou, sequer, da força física. As bombas chegaram. Quanto à praça onde se encontravam três mil pessoas, trata-se, afinal, do cemitério do Alto de São João, onde dormem o sono eterno alguns dos heróis do 5 de Outubro.

"Afirma-se nos círculos políticos bem informados que a polícia havia recebido instruções de impedir qualquer manifestação porque se temia que os comunistas e outros elementos extremistas tratariam de converter as cerimónias em desordens violentas contra o governo.

"Recorda-se que durante a campanha presidencial que terminou em junho com a eleição do candidato da União Nacional, almirante Americo Thomas, e a derrota de Delgado, houve vários incidentes de rua tanto no Porto quanto em Lisboa."

Sempre os "comunistas" e os "extremistas"! Qualquer fascista de terceira classe não utilizaria linguagem diferente da da agência americana. Queremos porém, fazer uma ligeira retificação: Delgado não foi derrotado, mas simplesmente expoliado, quando às últimas eleições. Se estas tivessem sido livres, o homem que estaria agora na presidência da República seria outro... E a "UPI" deve sabê-lo muito bem. Relativamente aos incidentes de rua, remetemos os nossos leitores para os telegramas enviados, na altura, pelas agências noticiosas honestas, e bem assim pelos jornalistas dignos da profissão que exercem: se houve "incidente de rua", quem os provocou foi a própria polícia salazarista, e não o Povo, que se manteve calmo e pacífico, até ao momento em que foi alvejado a tiro pelas forças reacionárias do ditador de Santa Comba. Pode, é evidente, assinar a "UPI" contratos com quem lhe apeteça. Pode, claro, trabalhar com uma agência fascista como é a "ANI", embora esta deforme propositadamente todas as notícias que não estejam de acordo com as normas mais convenientes ao regime de Salazar. Mas poderá enviar telegramas insidiosos como este para o estrangeiro, deturpando o sentido das manifestações de hostilidade ao regime ilegalmente no poder? Deixamos a pergunta sem resposta, na certeza de que, a seu tempo, os órgãos da Imprensa Portuguesa apresentarão esta inqualificável atitude de uma agência noticiosa aos institutos internacionais que, cuidando de uma criteriosa difusão de informações, condenam abusos, como este que está sendo cometido em Portugal pela agência americana "UPI".

OS JORNALIS PORTUGUESES REIVINDICAM A REPÚBLICA

Com data de 6, a agência noticiosa "France-Press" transmitiu de Lisboa o seguinte telegrama, que transcrevemos a seguir na íntegra:

"Por ocasião do transcurso do aniversário da proclamação da República, alguns jornais de ontem assinalaram o fato em editoriais. O "Seculo", por exemplo, sob o título "O regime próprio" diz que a República subsiste "e só dentro dela poderá resolver todas as questões e todos os problemas".

"Na comemoração do 48.º aniversário da revolução de cinco de outubro, cadem com justiça palavras de admiração e de reconhecimento para aqueles homens que a morte levou, abraçados no mesmo ideal consciente, seguros do êxito do regime que ajudaram a implantar ou

serviram com dedicação — como cabem aos que ainda hoje, na administração ou na oposição — se esforçam e lutam com entusiasmo por novas e mais brilhantes vitórias do regime."

"O "Diário de Notícias", depois de declarar que neste quase meio século "se radicou o espírito que presidiu as instituições vigentes", faz votos por que se procure "a união de todos os portugueses". "Que esta hora seja de inspiração para todos os que, no alto, como em baixo, põem acima de tudo os superiores destinos da pátria". Conclui o jornal cumprimentando na "pessoa do chefe do Estado a mais elevada representação da nação".

"O jornal do Porto, "O Primeiro de Janeiro", diz principalmente que "quarenta e oito anos decorridos, quase todos os fundadores da República já não existem. Homens honestos e puros, deixaram digna memória. O povo não os esquece embora não tenham sido recordados como seria justo. Mas na data de hoje, deve-se-lhes prestar sentida homenagem, a qual representa reafirmação da confiança inabalável na democracia, voto de paz e de unidade nacional".

Se muitas vezes os portugueses se entristeceram com a resignada submissão de inúmeros jornais portugueses, parece ter chegado a altura de uma satisfação que esses mesmos jornais agora pretendem oferecer à opinião pública, através de um repúdio implícito ao decreto regime de Salazar. As dezenas de editoriais publicados por "O Século", por exemplo, louvando os benefícios da ditadura fascista, outros surgem agora bem diferentes.

Quando ao "fundo" do "Diário de Notícias", nota-se o claro saudosismo com que se liga ainda aos proceres da "U.N.". Augusto de Castro deve ter pressentido que veio o momento de entrar na curva... Mas para ele deve ser tarde. Tanto a opinião como os jornalistas pedir-lhe-ão contas, e estas serão pesadas — tão pesadas quanto tem sido prejudicial à Nação o fato de ter colocado o maior órgão da Imprensa lusa ao serviço dos traidores ao Povo.

De todos os editoriais que reproduzimos paralelamente, o mais enérgico é, sem dúvida, o de "O Primeiro de Janeiro". Com o grande jornal norteño nos solidarizamos inteiramente, desejando que aos heróis do 5 de Outubro de 1910 venha a ser prestada "sentida homenagem" e que esta traduza, na verdade, a "reafirmação da confiança inabalável na democracia, voto de paz e de unidade nacional".

CUNHA LEAL DISSECA O REGIME

Outro telegrama que consideramos oportuno inserir nas páginas de "Portugal Democrático" refere-se a um artigo do líder oposicionista, eng.º Cunha Leal. Foi distribuído pela "APF", com data de 8, nos seguintes termos:

"O líder da oposição liberal, sr. Cunha Leal, num longo artigo, publicado hoje em "República", evoca a proclamação da República portuguesa, há 48 anos, e tira conclusões das eleições presidenciais de junho último.

1) — O povo português, diz o sr. Cunha Leal, quer que a direção da República volte à orientação definida pela revolução de 1910, pela elevação material e espiritual, numa equitativa dis-

tribuição da renda nacional e na generalização dos benefícios da educação.

2) — Os portugueses querem atingir essa meta, se possível, através de métodos evolutivos, sem ter de recorrer a insurreição.

3) — O povo português tomou consciência da intensidade da sua própria força e possui a firme convicção de que soube mostrar-se forte e, ao mesmo tempo, cioso das suas fraquezas.

"Houve quem esperasse, declara o sr. Cunha Leal, que tudo aqui levaria os dirigentes a tomar uma atitude fecunda no plano da reconciliação nacional".

"Porém, a atitude do líder do regime, continua o sr. Cunha Leal, tal como foi defendida numa entrevista concedida a um jornal estrangeiro, demonstra indubitavelmente que seu pensamento político, sua maneira de governar e suas intenções não mudaram, nem por um milímetro, durante trinta anos".

O sr. Cunha Leal lança um "grito de alarme que é também um apelo à meditação", por ocasião das comemorações do 42.º aniversário da República portuguesa.

## Aos assinantes do Rio de Janeiro

Comunicamos aos assinantes do Rio de Janeiro que todos os assuntos referentes ao nosso jornal, incluindo a renovação de assinaturas, reclamações, entrega de original, donativos, sugestões, etc., devem ser tratadas por intermédio do nosso representante na capital federal, Sr. Eugenio da Conceição Mercês, Praça 11 de Junho, 356, telef. 43510.

## E depois de Salazar?

Intelectuais, escritores, sociólogos, economistas portugueses

Enviai-nos a vossa opinião sobre as soluções do Portugal de amanhã.

É vosso dever contribuir para a construção do futuro.

Colaborai no debate aberto nas colunas de "Portugal Democrático".

LEITORES DE LISBOA, DO PORTO, DAS CIDADES E ALDEIAS DE PORTUGAL

Este jornal é feito para vós; quanto maior for o número dos que o lerem maior será a nossa satisfação e maior o serviço prestado ao País.

O "Correio da Manhã" escreve:

"Trabalhadores e estudantes criticam o governo português"

O importante diário carioca "Correio da Manhã" publicou no passado dia 17 de outubro um extenso artigo, que reproduzimos na íntegra, dada a categoria do jornal que o inseriu. O título do artigo era o que também reproduzimos, seguindo-se-lhe, a três colunas, os sub-títulos: "Queremos uma política internacional de boas relações com todos os países — Falta de escolas e desorganização no ensino — Manifestos circulam em Lisboa".

Transcrevendo o artigo do "Correio da Manhã", hipotecamos-lhe desde já as homenagens de todos os democratas portugueses pelo esclarecimento correto que forneceu aos seus inúmeros leitores acerca da realidade da situação portuguesa.

LISBOA (especial para o "Correio da Manhã") — Através de manifestos distribuídos secretamente entre a população desta Capital, trabalhadores e estudantes condenam veementemente a política do atual governo português, pedindo uma união das classes operário-estudantis "para que sejam respeitados sinceramente os direitos de todas as camadas sociais, dentro de um regime verdadeiramente democrático disposto a defender os interesses de todos os portugueses". Os manifestos terminam com uma série de reivindicações entre as quais a de uma política internacional de boas relações com todos os países.

LIBERDADES CÍVICAS

O manifesto dos trabalhadores e estudantes ao país começa dizendo que desde a implantação do Estado corporativo que os trabalhadores sentem, cada vez com mais intensidade, os efeitos de uma política inteiramente antipopular, procurando sempre esmagar com seu peso repressivo as reclamações mais justas e sentidas dos trabalhadores ou, para melhor dizermos, de todas as classes laboriosas".

É sabido que posteriormente apareceu a famosa Campanha de Educação de Adultos que nem por isso diminuiu, como seria de desejar, o número de analfabetos em Portugal.

Também não podemos deixar de fazer referência a falta de escolas técnicas em todo o país, de ensino gratuito, tão indispensáveis para preparação dos indivíduos nos vários ramos da produção, um mal que tanto se reflete na economia nacional e na própria vida interna dos trabalhadores".

SALÁRIOS VIS

"O poder de compra do trabalhador português — diz ainda o manifesto — é de tal modo baixo que os próprios situacionistas se vêem obrigados a reconhecê-lo. Os salários dos camponeses só em raras exceções ultrapassam a média dos quinze escudos diários. E estamos quase certos, se tivermos em conta o desemprego e outras anomalias, que com dificuldade essas médias atingem metade dos salários por nós aqui expostos.

O mesmo se passa com os trabalhadores da indústria, que além do desemprego total e parcial segundo o inquérito feito por um jornalista a 2.000 operários, verificou que mais de 90% auferiam salários inferiores a 30\$00. E isto sabemos-lo bem: porque ainda existem operários a trabalhar em certos ramos da indústria a ganharem 20\$00, se não menos, por dia de trabalho".

CONDIÇÕES DE TRABALHO

"Enquanto que em outros países, como, por exemplo, na França, e na Suécia, são necessários respectivamente 49,5% e 31% dos seus vencimentos para uma alimentação completa, em Portugal, segundo um estudo feito pelo dr. Ramos da Costa em 1944 sobre um inquérito à habitação rural levado a efeito pela Universidade Técnica de Lisboa, o resultado desse estudo deu como percentagem de rendimento ou salário do trabalhador rural uma média de 80% para a sua alimentação. Conclusão que nos revela bem, se tomarmos em conta os anos que nos separam desse inquérito e o constante desequilíbrio entre o aumento do custo de vida e o poder de compra dos trabalhadores, juntamente com o número sempre crescente de desempregados e ainda a pobreza dos gêneros usados

na nossa alimentação, que a maioria da população não auferia vencimentos ou salários que lhe cheguem para comer. Também as condições de trabalho nos merecem referência especial. Falta de proteção aos trabalhadores em geral, assim como ao trabalho exaustivo e por vezes insalubre a que são sujeitos os menores e as mulheres, com manifesto prejuízo para o seu desenvolvimento físico e intelectual e a falta de proteção de qualquer espécie ao trabalhador rural".

FALTA DE ESCOLAS

"Consideramos, e é com mágoa que o dizemos — frisou o manifesto — que a nosso grau de instrução é dos mais baixos do mundo, especialmente se nos quisermos englobar no número dos países civilizados.

Além da escassez de escolas através do país, que torna forçoso recorrer aos turnos de 2 e 3 horas em certos casos, outros obrigando-se as crianças a percorrer grandes distâncias, sujeitas às intempéries do tempo e a outros inconvenientes de não menos importância, e dificultada senão até impossibilitada a frequência nas escolas de um grande número de crianças que, por falta de meios, se vêem na triste contingência de aumentar ainda mais o número dos analfabetos.

Concretizando os nossos reparos, falamos as estatísticas oficiais que, em 1950, apresentavam nada mais, nada menos do que 40,4% de analfabetos no nosso país.

3.) Defesa da economia política nacional e combate à política monopolista do governo.

4.) Política independente de boas relações com todos os países.

5.) Anistia política e reintegração de todos os cidadãos nos cargos de que foram expulsos por defesa de seus ideais."

REIVINDICAÇÕES

O manifesto dos trabalhadores e estudantes termina enumerando uma série de medidas práticas "que reinstauraria em Portugal um regime verdadeiramente democrático". São elas:

- 1.º Restabelecimento das liberdades democráticas.
a) Liberdade de pensamento, de reunião e associação. b) Liberdade sindical: independência dos Sindicatos, Casas do Povo e dos Pescadores em relação ao governo. c) Inviolabilidade do domicílio do cidadão. d) Liberdade de ação e legalização da greve. e) Liberdade de imprensa e abolição da censura.
2.º Elevação do nível de vida material e cultural do povo. f) Garantia de trabalho a todos os cidadãos válidos com justa remuneração. g) Para trabalho igual, salário igual, sem discriminação de sexo. h) Salário-mínimo vital móvel, compatível com o constante aumento do custo da vida. i) Eliminação de categorias consideradas superfluas dentro de cada classe ou profissão. j) Cumprimento efetivo da jornada diária de 8 horas de trabalho e diminuição desta em serviços mais insalubres e de maior esforço, como forneiros, mineiros, e outros serviços tóxicos. k) Direito inviolável à folga semanal e férias anuais pagas. l) Ajuda imediata aos camponeses e pescadores com crédito fácil e barato, de modo facilitá-los na aquisição de máquinas e apetrechos necessários para as respectivas tarefas, assim como à assistência técnica. Revisão dos sistemas de arrendamentos das terras, de molde a melhorar a situação dos rendeiros, e estabelecer a reforma agrária desde já onde for possível, para melhorar as condições de vida dos camponeses pobres. n) Garantia de preços compensadores para todos os produtos agrícolas. o) Estimulo à criação de cooperativa de produtores e consumidores. p) Redução dos impostos pagos pelos trabalhadores. q) Assistência médica e medicamentosas gratuitas a todos os trabalhadores, da indústria, do comércio, da agricultura e da pesca, incluindo tratamentos e internamentos nos hospitais, sanatórios e maternidades. r) Subsídios pecuniário aos doentes e inválidos compatível com as suas necessidades e encargos familiares. s) Todo trabalhador, deverá receber pensão de reforma por invalidez ou velhice e sobrevivência (se este falcer à sua viúva e filhos menores ou incapacitados). t) assistência e proteção de toda ordem às crianças abandonadas. u) construção de casas de renda económica em todo país proporcionalmente às necessidades. v) construção de escolas consoante as necessidades e exigências através de todo o país. w) ensino primário obrigatório e extinção rápida do analfabetismo. x) Direito garantido à instrução a todo indivíduo sem limitação por motivo de limitação económica. z) reforma e atualização dos programas de métodos de ensino.

Portugal Democrático
REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191
Sala 2 — Caixa Postal 5294
São Paulo
Diretor-Responsável:
OTAVIO MARTINS DE MOURA
Expediente
Duas uteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 18 horas
Assin. anual . . . . . 30,00
Assin. especial . . 100,00
Número avulso . . . 3,00

Falam os jornalistas brasileiros

Claudio Abramo, jornalista profissional, é atualmente o chefe da redação de "O Estado de S. Paulo". Viveu algum tempo na Europa, de onde enviou correspondências da França, da Inglaterra e da Alemanha. Escreveu uma série notável de reportagens sobre o regime franquista, intituladas "Espanha, 1951". Pertence

a uma família de elementos ligados às esquerdas cujos membros têm assumido papel de relevo na luta anti-fascista no Brasil. Foi membro da Liga Internacionalista (Bolchevique-Leninista) e do Partido Socialista Brasileiro. Hoje, não tem qualquer filiação partidária.

A moeda do inutil

Desciamos de avião, com febre. Iamos do Recife a Paris, e depois de uma escala infernal em Dakar, conseguimos que alguém nos atendesse em Lisboa, num aeroporto grande, enorme, que apenas ocultava a cidade, iluminada, com um grande traço negro a cortá-la: o Tejo. Um médico levou-nos até ao posto dos bombeiros, lá nos aplicou uma injeção. E explicava-nos, com um sotaque rico, saboroso, que aquela era a melhor unidade de bombeiros de que dispunha Portugal inteiro. No delírio da febre, perguntámos-lhe se havia muitos incêndios no Aeroporto. Ingênuo pergunta, boa resposta: nunca houve cá um incêndio, disse-nos o homem, em tom respeitoso, porém, final.

Tal é a virtude das ditaduras. Organizar, criar, inventar, conceber, estruturar, inutilidades. O Estádio Mussolini, as ciclopicas plataformas de cimento armado que vimos deitadas no Sul da Alemanha, os grandes monumentos ao pé da Brucke den Botenarmee, em Viena. Pois a dimensão da utilidade é medida da validade de quem a concebe. Toda ditadura — é ditadura fascista, obscurantista, a de Salazar — nasce de dois extremos, aparentemente opostos, mas indefectivelmente vinculados: princípios rígidos estruturados sobre irrealidades ou ausência absoluta de princípios rígidos lançados, em desenvolvimento na direção de uma estruturação que se torna tão rígida quanto infuncional.

A unidade de bombeiros do aeroporto de Lisboa deu-nos a medida exata do vazio, do enorme, abissal vazio da ditadura fascista de Salazar. Assim como a delicadeza do médico, sua solidariedade humana, nos deu a medida exata do que fica amoldado, quebrado, desfigurado, corrompido — tal é o grande efeito da ditadura — corrompido, vilipendiado, pelo sorriso cínico do tiranete ascético, que recomenda que se faça mais administração e menos política a fim de que somente ele faça toda a política para se justificar de não fazer nenhuma administração.

CLAUDIO ABRAMO

Integração e isolamento

por ADOLFO CASAS MONTEIRO

Pelos profundos contrastes que nela se manifestam, a literatura de idéias em Portugal constitui um excelente campo de investigação para o problema das relações entre os vários setores da vida intelectual, assim como entre estes e o quadro de relações sociais, políticas e humanas no qual se integram. Analisando o que podemos chamar a sua falta de sentido comum talvez fosse possível definir as carencias da vida do espírito em relação à falta de correspondência entre os diversos planos em que se desenrola a vida da nação, em suma: a falta de autêntica unidade nacional.

Este simples enunciado mostra bem a complexidade do assunto, que exigiria, para um estudo eficiente, a colaboração de especialistas nos mais variados campos do conhecimento, mas, sobretudo, uma objetividade difícil de conseguir pelas próprias condições do problema. Dum país dividido, como poderiam surgir os estudiosos das raízes da divisão, sem correrem o risco de nos dar uma série de imagens unilaterais, inconciliáveis, em vez duma análise imparcial da própria carencia que nela se manifesta?

Por isso mesmo, o que temos visto é a definição melhor ou pior de cada parcialidade, a expressão mais ou menos viva de posições insuficientemente representadas na própria vida do país, isto é, o brilho de manifestações intelectuais contrastantes pairando sobre a planura amorfa duma existência quotidiana alheia a qualquer expressão. Não é o país que está dividido, pelo contrário, define-o, na sua massa, a grande unidade de não existir. E isso me parece explicar não só que os movimentos intelectuais representem apenas veleidades de ser, mas também que dentro deles mesmos se verifique uma permanente desagregação, desfeitos todos eles, dentro em breve, na obra dispersa de cada individualidade.

O individualismo por vezes "feroz" do intelectual português talvez tenha nisto a sua principal explicação; a única maneira de se defender, isto é, de "salvar" a sua própria contribuição, é a agressividade contra, não só o meio hostil, mas sobretudo as outras individualidades igualmente agressivas, igualmente erigidas de desconfianças e reservas, na defesa do seu pequeno território espiritual, do seu pequeno cabedal de consciência, rodeado pelo arame farpado dos terrenos vizinhos. Cada uma acaba por não ver senão a si próprio, porque não encontra respostas, porque só o silêncio parece envolver numa grande indiferença o que ele desejaria fosse expressão duma unidade, sinal duma marcha em comum, sinal duma tendência, faceta, entre outras facetas, do avanço duma geração.

Isto não é um problema de agora, note-se bem. O Estado Novo apenas contribui para, dando força de exclusividade à mais retrógrada das tendências latentes nas isoladas elites intelectuais, tornar mais difícil e mais longínqua a integração da massa na cultura, e mais dolorosa a situação da elite em geral, já que, como era fatal, querendo favorecer pela força uma tendência, acabou por a prejudicar, a violência servindo apenas a demagogia, e jamais qualquer espécie intelectual.

Através da história da cultura portuguesa assinalam-se frequentes queixas de quantos, libertos da "apagada e vil tristeza", se sentiram por isso mesmo isolados na consciência dum problema nacional que não podiam senão registrar, por não ser possível a luta dum só contra a inercia de todos. E a forma que tomaram estas denúncias foi, sempre, o reconhecimento dum provincialismo que nada conseguiu quebrar, contra o qual se quebravam tanto os esforços dos estadistas como dos simples "comentadores" da realidade, tanto os dum Antonio Vieira ou dum Luiz da Cunha como dum Francisco Xavier de Oliveira ou dum Eça de Queiroz.

De fato, nas suas linhas gerais, a história da cultura portuguesa define-se pelo combate entre um desejo de integração na cultura europeia e uma atitude de preservação de supostos valores nacionais que se reduzem, afinal, à inercia mental alheia a qualquer atividade. Este imobilismo, este insularismo cultural, constitui afinal um provincialismo, já que, não havendo uma cultura nacional que ele possa preservar, nada mais lhe resta do que ser uma espécie de reivindicação folclórica, em que os costumes, as tradições de cada província constituem a única realidade visível.

Não podia ser de outra maneira, já que a grande afirmação cultural portuguesa, aquela que podia constituir um verdadeiro fundamento nacional, foi precisamente o espírito universalista revelado pelos descobridores lusos e simultaneamente afirmado pelas criações da literatura, da ciência e da arte. Com essa contribuição ao Renascimento, Portugal realizava a sua forma própria de integração no espírito universalista. Desviado dela, como foi, toda a subsequente história da cultura se define como uma série de esforços para restabelecer essa passagem integração, para dar novamente sentido à presença da nação no mapa europeu, para combater a resistência imobilista que, defendendo apenas um "lugar", nada podia fornecer realmente criador.

A esta luz se compreende o caráter dispersivo que não podia deixar de ter quanto de mais vivo encontramos como expressão da inteligência portuguesa. Sobretudo, isso explica o contraste tão

frequente no mesmo escritor, de impulsos contraditórios, já que a consciência do isolamento conduz, frequentemente, à abdicção, passageira ou definitiva, ou seja, à sua absorção pelo provincialismo. Como conduz, por outro lado, à frequente confusão do universalismo sem caráter, já que a insubsistência da tradição cultural, as suas falhas, a dispersão dos homens e das obras, impede o aprofundamento dos problemas, e a verdadeira consciencialização da maneira fecunda de entender o universalismo "português".

Porque não se trata evidentemente, de imitação, mas de integração. Quer dizer, de acrescentar valores próprios de situar Portugal no mundo, e não de importar idéias feitas. Mas tal criação não é realizável no plano das idéias, ela exige um campo no qual estas ganhem corpo e realidade; não sendo isto possível, acontece, como nos mostra a história e o presente, o sucessivo abortar de impetus criadores, o desânimo resultante dos esforços que não encontram pontos de apoio na vida social e política do país.

Ao mesmo tempo, e pela mesma razão, as tendências favoráveis à europeização não ganham o caráter dum esforço comum, já que não chega nunca a firmar-se a sua tradição — a tradição do antitradicionalismo (tomando a designação "tradicionalismo" no sentido que lhe dão as tendências que se consideram "nacionalistas") — isto é, já que se torna impossível firmar no país uma consciência generalizada dos valores respectivos que poderia despertá-lo da apatia.

Quem sabe, talvez, por estranho paradoxo, o país acabe por ganhar esta consciência graças aos esforços do Estado Novo para a combater! Porque, à força de castigar o país com a sua obstinada perseguição a todas as formas de espírito criador, é possível que o povo português acabe por reconhecer nas idéias oficialmente reprovadas, condenadas e calculadas. A força de ouvir as condenações estúpidas, talvez o povo acabe por sentir uma irritação capaz de o tirar do sono, talvez a sua consciência social e política nasça da plethora de mediocridade em que o vêm banando há 30 anos — e pela primeira vez seja capaz de dar realidade, corpo, vida, às idéias que as elites vêm pregando no deserto, desde há séculos. (De "O Estado de S. Paulo, 18-10-1958).

"PORTUGAL DEMOCRÁTICO"
— um jornal português que não é submetido à censura do sr. Salazar.

# Os estudantes do Brasil contra Salazar

A custosa máquina de propaganda montada por António Ferro e pelos seus sequazes para endossar o chefe do governo fascista de Lisboa, desmoronou-se completamente em todo o Mundo, e de modo especial no Brasil, onde já não há praticamente ninguém que ignore os vexames e sofrimentos a que Salazar tem submetido o Povo Português.

Em todos os jornais e em todos os círculos brasileiros, a cada passo — conforme "Portugal Democrático" vem relatando — surgem vozes autorizadas o criticar o que há de odioso no regime imposto pela força, há trinta longos anos, a Portugal. Os esforços da agência ditatorial "ANI" têm-se ampliado, nos últimos tempos, nesta terra fraterna e democrática, mas já não têm eco, nem sequer junto aqueles que por hábito ou por cálculo ainda apoiam — frouzamente — o chefe da "União Nacional".

Aparece, agora, a voz sincera e autorizada da juventude universitária do Brasil a criticar os desmandos da política lusa nos seus ataques contra os estudantes de Portugal. Trata-se do jornal "Movimento Universitário", órgão dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que, no seu último número (de outubro), publicou dois comentários sobre a situação em nosso País, o primeiro da autoria do seu diretor, Eubis Carlos do Amaral, intitulado "A Mocidade Portuguesa", e o outro sobre "O 5 de Outubro em Portugal" — Como sempre, a polícia dispersou os estudantes com violência".

Julgamos que são os primeiros comentários publicados em jornais universitários estrangeiros a Portugal. Ao transcrevê-los, com a devida vénia, desejamos que os estudantes portugueses vejam nas palavras dos seus colegas do Brasil um incentivo para prosseguirem mais energeticamente ainda a batalha contra o obscurantismo a que o regime salazarista os condenou.

ESTAMOS COM OS ESTUDANTES PORTUGUESES!

"32 longos anos de completa ditadura,

de opressão oligárquica, não fizeram Salazar recuar nem um pouco em seu forte regime de repressão a todas as manifestações do espírito e da liberdade. Não bastaram as campanhas da oposição, na última eleição, as lutas dos jovens, reivindicando um futuro melhor, que lhes reconheça os direitos a que, de fato, fazem jus.

"Neste momento, o nosso pensamento está inteiramente volta para a mocidade portuguesa, ou melhor para os estudantes lusitanos, porque vivemos, na liberdade e dentro da democracia, os poucos dias que precedem as eleições para a renovação da diretoria do nosso grémio. Acaso pode a mocidade portuguesa ter esse mesmo direito de, em sua consciência e dentro de sua própria vontade, escolher os seus líderes? Parece que não, pois conforme publicamos em nossa última página, como sei acontecer, Salazar proibiu a oposição de comemorar o 5 de Outubro, o aniversário da República Portuguesa, dispersando, violentamente, todos os que pacatamente pretendiam reunir-se para comemorar a grande data.

"Acreditamos que Salazar conte, entre jovens portugueses, alguns partidários de suas idéias, pois sufocados há 32 anos por uma abominável ditadura, apoiada pela propaganda dirigida, dificilmente os moços poderão ter a idéia do que sejam as liberdades democráticas, a vida dentro desse ambiente que hoje vivemos, quando dentro da amizade e do respeito às consciências, nos preparamos para eleger os novos diretores do Centro "XI de Agosto". Entretanto, mesmo com as informações controladas pelo Estado, com a supressão da liberdade de imprensa, um raio de sol já começa a despontar em Portugal, com a apresentação de um candidato da oposição contra Salazar. É apenas um raio de sol, mas nele se reflete a esperança de todos os portugueses sensatos de conquistarem, no futuro, uma vida melhor, mais livre, e mais conforme às suas tradições de povo culto e equilibrado, de descobridores de novos mundos e de defensores da fé e da cultura."

A P.I.D.E. AGRIDE OS ESTUDANTES

"No último dia 5 de outubro transcorreu mais um aniversário da revolução de 1910, em Portugal, ocasião em que se proclamou a República. Infelizmente, como geralmente acontece no país irmão, seu ditador, Oliveira Salazar, proibiu a oposição de comemorar a data tão festiva para todos.

"Entretanto, fiéis ao seu patriotismo, grupos de portugueses, tentaram comemorar o 48.º aniversário da República. Todavia, como é comum em Portugal, tanto em Lisboa como no Porto, foram eles dispersados violentamente pela polícia. Entre os manifestantes, existem grandes grupos de jovens, entre os quais muitos estudantes.

"Os incidentes mais sérios registraram-se em Lisboa, onde a polícia dispersou, com bombas de gás lacrimogénio, uma multidão que pretendia comemorar a data, junto à estátua de um dos fundadores da República, o ex-presidente Antonio Almeida. Acusados pela polícia, os populares tiveram de abandonar o local, mas nem por isso deixaram de dar os seus "vivas" ao general Delgado, candidato da oposição em Portugal nas últimas eleições, e que representa naquele país irmão o pensamento democrático em contraste com a ditadura salazarista."

## Opiniões Insuspeitas

por João Sarmento Pimentel

Anda por aí, e pelo Rio, o malevolento boato de que a República, ao ser restaurada, tomará severas represálias contra os nossos comandadores. Generalizar já é facciosismo, visto haver comandadores que merecem todo o respeito, e a comenda que recebem apenas representa uma pequena recompensa moral do muito que fizeram em benefício da Pátria distante e do Brasil. Tal distinção honorífica foi, não favoritismo político ou mercê mais que suspeita, mas inteira justiça do Estado para aqueles cidadãos portugueses que, pela sua generosidade, patriotismo, filantropia, empreendimento ousados, se tornaram dignos da gratidão do governo e da maior consideração da Colônia.

Agora se os aquinhoados receberam "as comendas com que os governos marcam o rebanho das consciências vendidas", (1) o caso muda de figura e é de salutar medida política que a República casse ou anule tais diplomas, mesmo para o ferrete do emblema não mais recordar que houve criaturas às quais a validade dum penduralho roubou a herança nobreza de sentimentos e essa altiva e fidalga dignidade que sempre foi apañagem daqueles que até ao próprio Rei, diziam: "Se não, não!" As últimas cabazadas de lissonjas, que Salazar carregou nos alforjes da comitiva Craveiral, salvo honrosas exceções, — mais parecem marca de fazendeiro para ferra alentejana, que reconhecimento a uns tantos patrícios que, pelo trabalho honrado e fecundo, pela sua conduta exemplar e austero civismo, atinjam o alto estalão dos multiplos valores da grei colonizadora. Mais e pior. Mostraram flagrantes injustiças, premiaram autênticas nulidades, lambusaram com um verniz de hipotecia notariadega illustres desconhecidos ou viscosos e hipocritas sobserviências ao senhor feudal.

Dos velhos, esqueceram-se, por exemplo, as veneradas figuras de Antonio dos Santos Clemente, Ventura dos Azevedo, Joaquim da Silva Marques, que, por dezenas de anos, na Beneficência Portuguesa, na A. dos Portugueses Desvalidos, na Assistência aos Tuberculosos, pobres foram verdadeiros apóstolos da fraternidade, e sem figurações nem reclamações, praticaram a caridade que "o Pavoré" ambicionava exercerem os ricos.

Mais novos, lembra-me Rogerio Pinto Coelho, Gabriel Pinho da Cruz e Mario Francisco Antunes profundos conhecedores e devotados defensores dos interesses económicos de Portugal, aguentando com prodígios de equilíbrio a ação ingrata e difícil da Câmara Portuguesa de Comércio, contribuindo, quer materialmente quer com a sua inteligência e cultura, para o prestígio que ela ainda, mantém entre as dos outros países e na Federação das Câmaras Estrangeiras.

Certamente porque estes, e outros, são homens de carácter, e não dizem amem a tudo que manda o ditador, ficaram de remissa até às calendas gregas para uma venera da confraria salazarista.

Mas essa comédia das comendas é bagatela e quando muito só dá para, rir, podendo até servir muito bem a uma vingança das daquelas

## Um editorial de "O Estado de S. Paulo"

### O regime português em crise

Não cessam em Portugal as manifestações que, sucessivamente, reafirmam encontrar-se prestes do seu termo o regime instituído pelo sr. Oliveira Salazar. Com efeito, o grande abalo de maio findo faz-se sentir ainda.

As recentes medidas decretadas pelo governo que há trinta e dois anos está no poder, a propósito da comemoração da data simbólica de 5 de outubro, voltaram a revelar a fragilidade de um sistema que assenta as suas mais sólidas raízes no temor e na violência. Num regime que é, constitucionalmente, republicano, chegaram os democratas lusos à conclusão paradoxal de não poderem evocar em público os homens que implantaram a República Portuguesa!

A cidade do Porto, de tão fundas tradições liberais, não pôde levar por diante nenhum dos programas comemorativos do 5 de outubro, em virtude de interdição policial. E, assim, a multidão veio para as ruas, em silêncio, desfilando tranquilamente pelas artérias principais. Em Lisboa, foram autorizadas a romaria ao cemitério onde repousam alguns dos heróis da Revolução Democrática, a deposição de flores junto do monumento erguido em memória do presidente Antonio José de Almeida — o grande tribuno que visitou o Brasil quando do centenário

da independência deste País — e a efetivação de um jantar de confraternização. Mas todas as cerimónias se realizaram com ridículas limitações — e sempre que a multidão ultrapassava determinado número de pessoas, a polícia intervinha — com bombas de gás lacrimogénio.

Numa das últimas edições do jornal "Repúblico" — o único diário que o governo reconhece como órgão da Oposição e que, por isso mesmo, é implacavelmente censurado, mesmo no decurso das "campanhas eleitorais", o eng. Cunha Leal publicou um artigo em que reivindicava, nomeadamente, o restabelecimento das liberdades essenciais, a fim de voltarem os portugueses, "através de métodos evolutivos", ao uso pleno da sua soberania, "sem terem de recorrer à insurreição". Quando um governo totalitário se vê forçado a admitir tais declarações, feitas, de resto, por um dos mais autorizados vultos oposicionistas, não se pode alimentar qualquer ilusão, relativamente ao processo de veloz desagregação em que caiu o chamado "estado novo".

No dia da República, jornais de orientação tão diversa como "O Primeiro de Janeiro", "O Século" e "Diário de Notícias", advogaram, uns mais abertamente do que outros, o regresso aos ideais consubstanciados na revolução de 5 de outubro, aludindo o primeiro daqueles diários aos fundadores da República: "Homens honestos e puros, deixaram digna memória. O povo não os esquece, embora não tenham sido recordados como seria justo. Mas, na data de hoje, deve-se-lhes prestar sentida homenagem, a qual representa reafirmação da confiança inabalável na democracia, voto de paz e de unidade nacional".

O ambiente em Portugal fica, deste modo, ressaltado nas entrelinhas. O Sr. Oliveira Salazar sabe que o poder não ficará em suas mãos por mais tempo. Daí, para tentar resistir à corrente popular que lentamente o asfixia, recorre a todos os meios, a fim de separar e confundir a maioria esmagadora que o repele. Não tem, na verdade, outra explicação um dos seus últimos subterfúgios: o da nomeação do general Humberto Delgado para um cargo subalterno de mero consultor económico no Canadá! O ex-candidato à presidência da República de Portugal rejeitado, naturalmente, o lugar e, para não ter de abandonar o seu país nesta altura tão decisiva para o destino de Portugal, poderá requerer a sua passagem à disponibilidade. Admita-se, no entanto, que Salazar indefira essa pretensão. O objetivo é cristalino: depois que os portugueses encontraram a personalidade suficientemente forte para congregar à sua volta todos os democratas, o governo "corporativista" procura exilar esse homem, esquecendo todos os títulos e honrarias que, há menos de um ano, lhe conferia prodiga e entusiasticamente.

Não se sabe até onde tentará ir o sr. Oliveira Salazar no seu desespero para salvar um regime que a maior parte dos portugueses deseja ver acabado.

(10-X-958)

#### LEITOR DE PORTUGAL

Cópia à máquina o artigo de que mais gostares e envia-o aos teus amigos.

## O General Delgado e "O Estado de S. Paulo"

"O Estado de S. Paulo" publicou no seu número do último dia 25 uma carta dirigida pelo General Humberto Delgado ao seu ilustre diretor, Dr. Julio de Mesquita Filho, agradecendo a forma como, nas colunas do maior jornal da América Latina, tem sido abordada a causa da Democracia Portuguesa. Esse notável documento, assinado por um homem que personifica a luta pela liberdade em Portugal e redigido com extremo desassombro, representa sem dúvida um acto de inteira justiça para com um intelectual, escritor e jornalista brasileiro cujo amor a Portugal é verdadeiramente comovente.

A carta a que nos referimos teve a maior repercussão em todo o Brasil, tendo sido transcrito na íntegra pela "Tribuna da Imprensa", um dos principais quotidianos do Rio de Janeiro.

### O caso do "Diário Ilustrado" (conclusão)

## Um dia a Imprensa voltará a ser livre em Portugal...

Victor da Cunha Rego

O caso "Diário Ilustrado" chegou ao fim. Pouco mais nos resta a dizer sobre as situações e os homens que nele tomaram parte mas antes de terminarmos queremos deixar claro o motivo que nos levou a contá-lo. Não nutrimos qualquer ódio pelos que se acobardaram em determinadas circunstâncias nem por aqueles que comandam essa empresa capitalista.

Não pretendemos tão pouco extravasar complexos ou fazer afirmações de fé ou heroísmo, porque se a primeira existiu em nosso espírito de homem com esperanças a última em nenhum caso nos atepetaria na medida em que não possuimos de modo algum carácter heróico. Ao descrevermos o mais fielmente que foi possível os diversos aspectos do "D.I.", procuramos somente alertar os nossos leitores do Brasil e de Portugal contra os processos fascistas de alguns comandatários da Imprensa portuguesa tentando contribuir para que no amanhã esses homens não venham a ter, como é seu desígnio, as mesmas possibilidades de dirigir um setor tão importante da vida nacional como é este. Se num futuro próximo o povo português, alertado por testemunhos iguais ao nosso, negar a esses homens o direito de continuarem a informá-lo conforme os desejos dos grandes consórcios financeiros e dos clans reacionários, sentir-nos-emos plenamente satisfeitos, porque foi nesse sentido que prestamos a nossa modesta contribuição.

Os três últimos casos morais que apontamos em "Portugal Democrático", foram os dos srs. Artur Alpedrinha, Miguel Serrano e Saraiva Mendes, os quais foram por nós acusados de cobardia espiritual. Foram três pessoas de quem nós próprios só temos a acusar simpatia pessoal e trato amável. E é extremamente por esse fato que os apontamos como exemplo típico daquilo a que chegou o homem português depois de trinta anos de espionagem, delação, medo, repressão, falta de meios que possibilitem uma perspectiva ampla da história, aviltamento das qualidades morais e crise de desemprego. Fervorosamente anti-salazarista no aconchego das conversas particulares, conhecedores da miséria em que se debate o povo português, nunca tiveram coragem de dar um passo em frente, de oferecer o peito fosse o que fosse. E o mais desesperante é que as sanções que sobre eles pesariam se abandonassem o "D.I." como nós fizemos seriam apenas de ordem económica e mesmo essas muito limitadas pelo fato de terem outros empregos e não ficarem positivamente a morrer de fome. De Roby Amorim que saiu conosco e depois regressou (aumentado nos vencimentos a que nos constou) quase nos repugna falar. Era de todos nós aquele porque sentíamos talvez maior respeito intelectual. O choque foi imenso. De Nuno Rocha por quem nos tínhamos

batido quando a administração resolvera no dia do seu casamento diminuir-lhe os vencimentos também não interessa dizer mais nada. Repórter admirável, não possui elevados abertamentos morais. Dos que lá ficaram abertamente desde o início, já falamos o suficiente. Metzner Leone (agora no Brasil) seria despedido pouco depois, naturalmente. O sr. Guermizinho Trabuco Alexandre foi há bem pouco tempo acusado pelo Mundo Desportivo (de que tinha sido diretor) de falsário, aldrabão, inexterupuloso, naturalmente. E os outros? Os outros que para lá entraram depois?

Os outros fazem agora um jornal em papel cor de rosa (possivelmente idéia dos capitalistas leitores assíduos do "Financial Times") dirigidos pelo sr. Jorge Rodrigues, um homem muito inteligente, dinâmico, mas que tem uma idéia fixa que possivelmente um dia o liquidará: julga-se um genio.

E assim é tudo. Temos pena desse jornal que ajudamos a fazer com indomável carinho e sem propósitos escusos. Desse jornal que foi em parte a razão da nossa vida durante um ano. Lastimamos profundamente termos enganado a respeito de tantos homens embora esse engano tivesse sedimentado a nossa formação e nos tivesse possibilitado romper com determinados tabús. Aliás, cremos ter conseguido transmitir o nosso estado de espírito, dizer das nossas convicções nestes cinco números de "Portugal Democrático". Claro que gostaríamos mais de ver impressas as nossas palavras num jornal da Metrópole. Não por menos apreço por "Portugal Democrático" ao qual damos o nosso esforço com orgulho e prazer, mas porque não gostamos de criticar quando as pessoas de quem falamos não estão presentes. Mas talvez um dia...

CARLOS EURICO DA COSTA

A propósito do nosso artigo em que abordámos o derradeiro e, talvez, principal motivo que nos levou a abandonar o "Diário Ilustrado" ou seja o despedimento do nosso camarada de redação Carlos Eurico da Costa, escreve-nos um leitor de Santos, assinado M. I., esranhando o pouco relevo que emprestámos à figura do nosso companheiro. Diz o sr, ou sra., M. I.: "Estranho porque vim de Portugal há

(Continua na 6.ª pág.)

# Antes e depois do 5 de outubro

Por GALINO MARQUES

O partido republicano português foi criado em 25 de março de 1876 no banquete do palácio Farrobo, na Rua do Alecrim, organizado para festejar a vitória eleitoral dos franceses sobre o presidente Mac-Mahon, que era acusado de favorecer os monárquicos, o qual se viu forçado a entregar o governo ao liberal Jules Simon que atuava de acordo com a maioria republicana das Câmaras e tornou firme e consolidada a forma de governo republicano da terceira República. Mas o primeiro grande impulso de propaganda republicana foi dado na celebração do tricentenário da morte de Camões em 10 de junho de 1880 durante a qual se organizou um grande cortejo cívico com cidadãos de todas as categorias sociais em que predominavam estudantes, professores, escritores e jornalistas, tendo-se retraido o elemento oficial. Resultou num movimento patriótico acentadamente republicano.

## O "ULTIMATUM" DE 1890

O ultimato inglês de 11 de janeiro de 1890, por causa da ocupação do território africano entre o Niassa e o Zambeze, levantou a indignação geral de que veio resultar a revolta republicana do Porto em 31 de janeiro do ano seguinte. Em maio de 1906, João Franco, chamado pelo rei organiza ministério e, um ano depois, fecha o Parlamento e entra em ditadura. Em março de 1907 rebenta a greve acadêmica em Coimbra e irradia depois por todo o País, tendo o governo mantido as aulas fechadas. Pouco depois João Franco vai ao Porto e tanto lá como no regresso é recebido com manifestações de hostilidade. A gare da estação do Rossio encheu-se de republicanos; mas, ao aproximar-se o comboio, a polícia convidou-nos a sair. Magalhães de Lima ainda hesitou uns segundos, mas saiu conosco. À sua chegada estourou uma forte manifestação hostil das mais amargas que um político pode receber. No Rossio, ao lado do Café Gelo, onde hoje está uma engraxadaria, havia uma tabacaria, creio que do Alfredo Mala, com as prateleiras fechadas com os faldões. Dentro do balcão estava o Dr. Moreira, "leader" do partido progressista, então emparelhado com os republicanos, a perorar contra o franquismo. O seu chefe, José Luciano de Castro, dera uma entrevista ao jornal republicano "O Mundo" na qual declarava que se estava "em período revolucionário". João de Vilhena, chefe do partido regenerador, escrevia um artigo que concluía com a célebre frase profética "isto acaba numa revolução ou num crime".

O partido republicano ia engrossando as suas fileiras e a ele aderiram, entre outros, o genealogista e escritor Braamcamp Freire e os Profs. Bernardino Machado e Miguel Bombarda. Em Outubro de 1907, José Galtier, jornalista parisiense, categorizado, redator do jornal "Le Temps" veio a Portugal realizar um inquérito à vida portuguesa, tendo sido a entrevista que lhe concedeu o rei D. Carlos a que causou maior sensação e teve repercussão política devido ao rei ter ultrapassado os limites marcados na Constituição, pois queria governar diretamente, pretendendo, a todo o custo, o engrandecimento do poder real. Isso servia os republicanos que ativam a sua propaganda e, aos domingos, organizavam comícios. Em 1908, há precisamente meio século, António José de Almeida morava na Rua de S. Gens, e eu morava defronte, na Rua da Senhora do Monte. Aos domingos, depois do almoço, eu e o João Igreja acompanhávamos o grande tribuno que empolgava a multidão com a sua palavra quente e inspirada. Fazíamos o trajeto a pé pela Rua da Graça, Forno do Tijolo, Charea e Avenida Dona Amélia onde, nuns terrenos devolutos, se realizavam os comícios.

## UMA TENTATIVA FALHADA

Em 28 de janeiro desse ano, fracassou uma revolução chefiada por republicanos e dissidentes pelo que, alguns deles, foram presos. João Franco, fez então, o celebrado decreto pelo qual podia exilar ou enviar para as Colónias os cidadãos que fossem considerados culpados. No dia 31 chegou de Vila Viçosa o ministro da Justiça, Teixeira de Abreu, que trouxe o decreto assinado pelo rei. No dia seguinte, 1 de fevereiro, D. Carlos desembarcava no Terreiro do Paço e preferiu seguir para casa em "landau" aberto, tendo, então, sido assassinado e mais o seu filho primogénito e ficado ferido o seu filho segundo que lhe sucedeu no trono e entregou a presidência do Ministério ao almirante Ferreira do Amaral.

Logo a seguir, no dia 5 de abril, houve eleições, durante as quais a polícia matou cinco cidadãos e um deles

pôde ainda escrever, com o seu próprio sangue, "viva a República" na parede defronte da igreja de S. Domingos. Os ânimos exaltavam-se mais e conspirava-se com entusiasmo. Em 1 de outubro de 1909, Francisco Ferrer, fundador da Escola Moderna, de Barcelona, foi preso e, no dia 13, executado no castelo de Montjuich, monstruosidade que causou indignação universal e teve profunda repercussão entre nós. A revolução republicana estava em marcha e estava no espírito de todos. No dia 3 de outubro de 1910, pelas 11 horas, o dr. Miguel Bombarda era assassinado no seu gabinete do Hospital que hoje tem o seu nome, por um louco que lá estivera internado. Pouco tempo antes assisti, em Torres Vedras, a uma conferência que o dr. Bombarda lá foi fazer. Estou a ver a sua figura alta, despenhada, a fazer ranger as velhas tábuas do palco do Grémio Literário e Artístico onde a conferência se realizou!

## A REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO

Esse assassinio por um lado e, por outro, o fato do navio "D. Carlos" ter recebido ordem para seguir no dia 4 para Cascais, apressaram a revolução, conquanto alguns militares, menos animosos, pretendessem que o almirante Cândido dos Reis a adiasse, uma vez mais. Cândido dos Reis, que era homem de temperamento combativo, resistiu e não consentiu em mais adiamentos. À uma hora da madrugada ouviu-se, um sinal e a revolução seguiu o seu curso. Na manhã de 4, o almirante Cândido dos Reis, supondo o movimento perdido, devido a informações que não foram controladas, responsável, como chefe, pelas vidas ou prisões dos revolucionários que aliciara e das famílias que ficariam em más condições económicas, suicidou-se na Azinhaga das Freiras de Arroios, que hoje se chama Travessa das Freiras. Nesse mesmo dia a bandeira verde-rubra tremulava nos navios de guerra!

À estação de Torres Vedras chegou um comboio de tropas, aquarteladas em Tomar, que vinha em defesa da monarquia comandadas pelo segundo comandante que não era simpático aos soldados. O primeiro comandante, coronel Massano, de uma família de militares, pai e tio de amigos meus, vinha à paisana por estar de licença. Eu e outros republicanos combinámos com o maquinista, republicano, de apelido Inverno, que o comboio não seguiria para Lisboa. Foi ele quem disse ao comandante que os táncis estavam minados de bombas, pelo que não avançaria a fim de evitar mortes. Teria sido fácil averiguar que a informação não era verdadeira, mas ninguém se incomodou, pois a monarquia estava condenada. O certo é que o comboio só seguiu depois de assegurada a vitória da República.

Um oficial militar, Paiva Coqueiro, com a Bateria de Queluz, foi o último a pelear pela monarquia. Esse militar, que causou embaraços à República com as suas incursões da Galiza, confessava anos depois: "a simpatia com que estava encaranando certos compatriotas republicanos de que discordava outrora" como afirmou, recentemente, nas colunas deste jornal, o dr. António Sérgio.

## A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

No dia 5 foi proclamada a República, quase sem sangue, no meio de um entusiasmo indiscriminado. A revolução durou dezenove horas. Às 11 horas o dr. Eusébio Leão, das janelas da Câmara Municipal, anunciou ao povo a proclamação da República e destronada e banida a dinastia dos Braganças, a qual aproveitou o iate "D. Amélia" para fugir pela Ericéira com rumo a Gibraltar. Constituiu-se o Governo Provisório e publicaram-se editais: um assinado por Teófilo Braga, pelo Governo, e outro assinado por Eusébio Leão, governador civil, a recomendar ordem e trabalho, e todo o respeito pelas pessoas dos polícias, soldados municipais e dos padres. O povo guardava os Bancos e a Casa da Moeda!

O marechal Hermes da Fonseca, presidente eleito do Brasil, estava em Lisboa, a quem o povo fez uma manifestação de simpatia. Também era nosso hóspede D. Rodrigo Soriano. O partido dissidente dissolveu-se e o seu chefe, José de Alpoim, aderiu à República. No domingo seguinte realizou-se o funeral, que foi nacional e civil, do almirante Cândido dos Reis e do dr. Miguel Bombarda, que foi imensamente concorrido.

Se quisermos fazer, agora, um rápido balanço do que foi a vida da República nos seus primeiros quinze anos, até maio de 1926, teremos de concordar que

ela carregou com os muitos trabalhos de Hércules! Em primeiro lugar, a monarquia portuguesa, que caiu de poder, tinha oito séculos de existência e estava, naturalmente, aparentada com diversas casas reinantes que, possivelmente, moveriam, na sombra, certa oposição à República, e demorariam o seu reconhecimento como Nação. Tive de fazer frente às incursões conceitistas que lhe levaram dinheiro e considerável tempo perdido. A seguir deu-se a primeira Grande Guerra mundial do nosso tempo que dividiu o País em duas correntes contrárias: a aliadofílica e a germanofílica. A República reconheceu a necessidade de entrar na guerra ao lado dos Aliados, para defesa das suas províncias do Ultramar e para afirmar a sua personalidade jurídica de país livre e independente.

## A PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Em 9 de março de 1916 foi declarada guerra entre Portugal e a Alemanha. Em 5 de dezembro do ano seguinte — em plena guerra! — Sidónio Pais chefiou uma revolução à qual deram a sua adesão os reactionários e germanofílicos. Note-se que Sidónio, lente de matemática da Universidade de Coimbra, no dia 5 de outubro viera para a rua, a dar vivas à República.

Asseverava-se que a revolução sidonista tinha o propósito de não enviar mais tropas para a guerra; assim elas não seriam refrescadas e, com as baixas, ficariam esgotadas. E, no dia 9 de abril de 1918, deu-se a "Batalha do Lis" na qual as tropas portuguesas foram derrotadas, mas não, acentuadamente bem, por falta de bravura dos portugueses. O sr. general Santos Correia, no seu livro "O Nove de Abril e a Grande Guerra", informa que a Divisão estava desfalecida em 24% das suas praças e 37% dos seus oficiais o que tornou impossível a ocupação da extensa frente de dez quilómetros. E acrescenta: "Os alemães empregaram na "Batalha do Lis" meios e processos que lhe assegurassem, "garantissem" o esmagamento da Divisão Portuguesa. Por quê? Não o sabemos. A sua explicação poderia estar na existência, para além do objectivo militar,

"patente", de um outro, de natureza política, "não revelado"... Perdida a esperança de socorros, os ingleses renderam-se, e os portugueses fizeram o mesmo".

Depois, cobriu a careca com um capachinho, foi para Berlim, como nosso ministro, aonde esteve três anos, durante os quais foi, só uma vez, recebido pelo imperador. Apesar disso, veio de lá deslumbrado e virado do avesso...

Os monárquicos conspiravam avidamente; mas, inesperadamente, Sidónio Pais foi assassinado em 14 de dezembro desse ano de 1918. De maneira que a revolução monárquica veio a deflagrar depois da sua morte. O povo de peito descoberto, heróicamente, trepou por Monsanto e a aventura monárquica foi rapidamente jugulada.

Acresee que um grupo de guerrilheiros que seguiam as lições dum "frondeur" francês, denominado "Integralismo Lusitano" não deixou em paz a jovem República que aliás lhes reconhecia a liberdade de opinião. Esse grupo era chefiado por um fanático, com talento, que berrava "antes Afonso XIII do que Afonso Costa!". Estou escrevendo estas linhas sem paixão nem acrimónia e deixo destacar desse grupo o dr. Luís de Almeida Braga que, pessoalmente, é um homem fino, distinto, culto e, politicamente, põe a Pátria acima da política de corralho.

Em 19 de outubro de 1921, rebenta uma revolução que deu a noite sangrenta durante a qual foram barbaramente assassinados o almirante Machado dos Santos; o chefe do Governo dr. António Granjo, capitães-de-fragata Carlos da Maia e Freitas da Silva, o coronel Botelho de Vasconcelos, o motorista Carlos Gentil, monstruosidade hedionda contrária à índole do nosso povo. Um cruzador estrangeiro pairava à entrada da barra de Lisboa... Em fins de 1925 descobriu-se a burla do Banco de Angola e Metrópole que consistia numa emissão fraudulenta de cem mil contos em notas de quinhentos escudos, feitas na Casa Waterlow, de Londres. Presos os culpados, apreendidos os bens do referido Banco e obtida, por meio dos tribunais, uma indenização do fabricante inglês, o Ban-

co de Portugal ficou a coberto de qualquer prejuízo.

## JUSTIÇA AOS HOMENS DA REPÚBLICA

A República encontrou pela frente estes e outros trabalhos de Hércules que lhe prenderam os movimentos e entibiavam a iniciativa. Ainda assim os ministros das Finanças Profs. Afonso Costa e Vicente Ferreira equilibraram o orçamento, e o último ministro das Finanças, antes do 28 de Maio, Prof. Marques Guedes, homem probo e coerente, recentemente falecido, informa no seu último livro "Páginas do Meu Diário", publicado pouco antes da sua morte, que "o mau tempo passara. O esforço para a estabilidade cambial, fora coroado de completo êxito. Estava em pleno triunfo, com a divisa estabilizada, a caminho do equilíbrio orçamental e as condições asseguradas para se chegar à estabilização legal do escudo".

Em conclusão: a República tinha, gasto mais de trinta anos nos seus trabalhos forçados de propaganda e preparação até ao seu triunfo; tinha o seu Governo legal com a sua Constituição; estava reconhecida pelas potências estrangeiras e tinha o seu orçamento prestes a atingir o equilíbrio, quando surgiu o movimento do 28 de Maio de 1926.

O almirante Mendes Cabeçadas, um dos heróis do 5 de outubro, que tinha sido encarregado de formar governo, foi afastado. Substituiu-o o general Gomes da Costa, chefe da revolução, o qual, passado um mês, era destituído. Ficou, finalmente, como chefe do governo, o general Carmona.

E tempo de termos justiça ao patriotismo dos republicanos que durante quinze anos fizeram tudo que puderam para bem merecerem da Pátria.

Cometeram erros. O maior dos quais, segundo o meu parecer, foi a sua desunião. Sob esse ponto de vista não aprenderam a lição dos monárquicos e até as imitaram. Quando os dois partidos rotativos da monarquia se desmembraram, com as dissidências de José de Alpoim e de João Franco, ficaram a perder equilíbrio até à República. (Da República, 4-10-58).

## O caso do "Diário Ilustrado"

(Continuação da 5.ª pag.)

pouco e conheço o sr. Eurico da Costa através das suas reportagens do Diário de Lisboa as quais considero (o amigo boa gente) das melhores e mais corajosas reportagens que foram publicadas nos últimos tempos em Portugal".

Estamos totalmente de acordo com o sr. e com a sra. M. I. Aliás, muito antes de conhecermos Eurico da Costa já admirávamos aquilo que ele escrevia e, porque não confessá-lo? — desejávamos podermos transmitir um dia num jornal aquela sensibilidade que admiávamos ao longo das palavras que escrevia. Quiz o destino que chegássemos a trabalhar ao seu lado — ele sub-chefe da Redacção, nós simples e modestos reporteres. Tivemos então oportunidade de aumentar a nossa admiração porque, aliadas ao seu inimitável estilo de reportagem, Eurico da Costa possuía em alto grau outras qualidades profissionais que nos levam a collocá-lo na primeira fila dos jornalistas portugueses da nova geração. "Mas, então, perguntará o nosso leitor, ou a nossa leitora, — por que não disse isso quando falou no caso dele?"

## As "verdades" do "Mundo Português"

No momento em que fechávamos esta edição de "Portugal Democrático" soubemos, ocasionalmente, de um novo editorial de "Mundo Português", jornal do Rio que, com a "Voz de Portugal", tem calorosamente defendido e propagandeado a política anti-portuguesa do governo de Salazar.

No próximo número faremos a devida apreciação das palavras do órgão fascista que nos visam diretamente.

Simples. Por duas razões: 1) Porque não elogiamos nenhum outro redator nosso colega na medida em que os artigos que publicamos não visavam etronizar uma atitude mais desmascarar um órgão fascista e por amor a esta causa até talvez tivéssemos entrado em demasia nos casos pessoais daqueles a quem procurávamos estigmatizar. 2) Porque Carlos Eurico da Costa processou a empresa do "D. I." por quebra de contrato profissional e a questão corre agora os seus tramites legais. Ora, todos nós sabemos quanto determinados juizes portugueses se deixam influenciar por "medo político". Se o nosso leitor, ou a nossa leitora, chegou de fato há pouco da metrópole deve saber quanto basta, por vezes, para arruinar uma pessoa num caso dependente de poderes nacionais, a circunstância de ela ter simples contactos de amizade ou quaisquer outros com indivi-

duos considerados subversivos — e nós, se não somos subversivos aos olhos da PIDE (e admitirmos esta dúvida é já por si absurdo) somos-o certamente aos olhos de Lucas e Sousa e companhia — o que basta para fazer mal.

"Mas então — perguntará agora o nosso interlocutor, ou interlocutora — por que está dizendo tudo isso neste momento?"

Também é simples a resposta. Porque, você, meu caro, ou minha cara, M. I., fez-me ver outra face do problema: a dignidade profissional de Eurico da Costa. Como você escreveu estranhando (quase um protesto) outros podem tê-lo pensado e não terem escrito. Além do que os leitores que não conhecem Eurico da Costa poderiam ficar menosprezando a sua figura. E isso não queremos — mesmo que com as nossas palavras possamos causar-lhe qualquer aborrecimento.

## Uma carta de Humberto Delgado ao Cardeal Patriarca de Lisboa

"Eminência:

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado (P.I.D.E.) continua exercendo as suas tradicionais brutalidades e torturas sobre presos políticos que, para vergonha do povo português, já foram descritos em publicações estrangeiras.

Pela cópia junta da carta enviada ao Ministro do Interior, Vossa Eminência verificará que já tratei da matéria junto do Governo.

Sucedeu que por causas desconhecidas, e sem explicações, a P.I.D.E. continua abarrotando as prisões com indivíduos de todas as classes, mormente pouco antes, durante e depois das eleições de 8 de Junho.

Por outro lado, Vossa Eminência bem conhecerá a forma como Henrique Galvão há longo tempo anda pelas prisões, acabando por ver-lhe aplicada uma pena de 16 anos, dupla da que nos tribunais comunistas da Jugoslávia se atribui a um inimigo de Tito por crime semelhante, se é que de crime se trata.

Será ainda do conhecimento de

Vossa Eminência o estado de sentimentos negativos que invade o povo português com base nos fatos acima expostos e outros de natureza política.

Avallar pelo que está correndo e pelas promessas dos discursos dos membros do Governo, o povo em vez de conciliação só espera mais violências.

Algumas pessoas me lembram se proceda a um apelo para Sua Santidade o Papa, no sentido de, dado que Portugal é um País fundamentalmente católico, se obter um pedido de clemência que interfira neste estado de espírito e tendente a diminuir ou findar com as brutalidades da polícia e outras violências de ordem espiritual. Entendi, porém, que deveria dirigir tal apelo a Vossa Eminência, como mais alta figura que é da Igreja em Portugal, apelo que se estende ao pedido de uma amnistia geral para presos políticos."

Apresento a Vossa Eminência os protestos da minha alta consideração e respeito:

Humberto Delgado — General

# O colonialismo do sr. Salazar e o futuro da presença portuguesa na Africa Negra

Por MIGUEL URBANO RODRIGUES

Raramente nas críticas feitas ao Estado Novo, a política ultramarina do sr. O. Salazar é posta em causa. Muitas personalidades que têm tomado abertamente posição contra o regime afirmam-se mesmo partidárias da orientação imprimida pelo ditador aos assuntos do Ultramar. Tal é, por exemplo, o caso do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes que, na sua celebre "declaração de voto", considera um êxito a política ultramarina portuguesa.

Lamentamos discordar totalmente do corajoso prelado e de muitos adversários do situacionismo que pensam como ele. Ainda que o nosso contacto directo com o Ultramar se limite às visões fugidias de uma breve visita jornalística a Luanda e S. Tomé, temos sempre acompanhado de perto os seus problemas e conhecemos da situação existente nas várias "provincias" o suficiente para concluir que as concepções imperialistas do Homem Forte são a expressão de um pensamento retrogrado que persiste em ignorar as lições da História.

Há cerca de um ano, Cunha Leal equacionou em conjunto o problema com a lucidez que lhe é habitual, estabelecendo um prudente e tímido paralelo — quem escreve em Portugal nunca esquece a realidade que são as tesouras da censura, manejadas quase sempre por oficiais ignorantes — entre os rumos do colonialismo lusitano e as perspectivas que se oferecem à Africa britânica e francesa. O velho líder não pretendeu apresentar soluções acabadas, nem tampouco proclamar que o Reino Unido e a França tenham descoberto a fórmula milagrosa de um convívio perfeito entre os seus territórios africanos e as respectivas metrópoles. A sua intenção era tão-só demonstrar que enquanto outros, atentos ao despertar da Africa Negra, ensaiam experiências políticas que tomam em linha de conta as aspirações das populações indígenas e reconhecem a personalidade dos povos que vivem sob sua administração, Portugal persiste, contra toda a lógica, apegado ao mito da integração.

A Africa Portuguesa — e falo da Africa porque a presença lusitana na Asia e na Oceania é meramente simbólica e filia-se em razões de ordem sentimental muito mais do que em interesses económicos — é, de acordo com um consagrado "slogan" propagandístico do regime, "um oasis de paz e concordia num continente dilacerado por lutas intestinas e ódios raciais". O argumento proporcionará plena satisfação ao sr. O. Salazar mas, em boa verdade, é simplesmente risível. O sossego aparente que reina em Angola e Moçambique é o sossego da ignorância e da miséria e nunca o resultado de uma política inteligente e progressista. A atitude dos portugueses para com as populações nativas não se caracteriza por absurdos preconceitos raciais, ao contrário do que acontece com o belga, o inglês ou o sul-africano. Certo, mas a repulsa pelas práticas da segregação racial é uma virtude do homem lusitano e não o resultado da acção das administrações coloniais que se mostram antes inclinadas a estabelecer certas discriminações, só não o fazendo abertamente por falta de ambiente. Aliás, toda a política superiormente delineada pelo chefe vitalício do governo tem contribuído para cavar um fosso de incompreensão entre europeus e indígenas. Não foi, para vergonha nossa, por mero acaso que a questão das condições de vida nos territórios ultramarinos de Portugal se discutiu já duas vezes na ONU e na Comissão de Curadores. Pouco interessa que os países que levantaram o problema tivessem sido o Iemen e a Siria cuja autoridade moral na matéria é nula. O que se nos afigura importante é o fato de tais questões serem fundamentadas. As populações negras da Africa Portuguesa são, fora de dúvida, as mais atrasadas do vasto continente. Não somos nós apenas a afirmá-lo. Proclamaram-no as estatísticas oficiais da ONU e da UNESCO que atribuem a Angola e a Moçambique as mais altas taxas de analfabetismo e mortalidade, o menor número de escolas e hospitais e as mais baixas captações alimentares. Não é assim de admirar que a imprensa norte-americana e a britânica nos dediquem frequentemente comentários ultrajantes, como aconteceu há tempos com o "Pittsburg Star" que publicou um editorial intitulado "Portugal e o seu império escravo em Africa" em que se diziam, de mistura com algumas falsidades, muitas verdades sobre os processos colonizados do Estado Novo.

Angola e Moçambique nem são pedaços de Portugal, nem pertencem a Portugal. Pertencem aos seus habitantes, a todos eles, sejam pretos, mestiços ou brancos. Mas podem e devem caminhar de mãos dadas com Portugal. Portuguesa é a língua que falam os seus filhos, portuguesa é a arquitetura das suas cidades, portuguesa é a formação da maioria dos próprios intelectuais nativos que combatem a soberania da Metrópole. A Africa moderna nasceu marcada pela presença do homem europeu e terá de evoluir em conformidade com as realidades linguísticas e culturais criadas pela colonização. Para Angola ou Moçambique, cortar os laços com Portugal para cair nas garras da alta finança norte-americana ou na dependência humilhante da União Sul-Africana seria um mal irreparável. Angola tem mais coisas em comum com Portugal do que com a Nigeria ou a Uganda, da mesma forma que Madagascar está espiritualmente mais próxima da França do que de Moçambique.

negra das misérias e no mais total dos abandonos em ambas as Provincias. É fácil dizer que Portugal é uno e indivisível e que os corações dos 19 milhões de habitantes do Império pulsam em unisono pela Pátria do Minho a Timor. A circunstância do sr. O. Salazar ter especial predileção pelas frases heróicas, apesar do seu estilo enxuto de monge beneditino, não altera em coisa alguma as realidades. Não foi a exa. num dos seus arroubos místicos que afirmou, há anos, que todo e qualquer português lutaria por Goa até à última gota de sangue depois de beijar comovidamente os pés do Apóstolo das Indias? A frase, cuja textura exacta lamentamos não poder reproduzir, era sem dúvida sonora e grandiloquente, mas exprime bem o que há de duplice e de desatualizado no antigo professor de Coimbra. O respeito que nos inspira a memória de uma figura de tão elevado porte moral como Francisco Xavier de Azeiteira leva-nos, aliás, a crer que o taumaturgo seria o primeiro a condenar tão desvirtuada concepção do sentimento patriótico.

Torna-se evidente para qualquer pessoa de bom-senso que não será possível insistir indefinidamente numa política de integração alicerçada em argumentos de ordem estritamente jurídica. Angola e Moçambique como Goa e Timor, como a Guiné e Cabo Verde, como Macau e S. Tomé são provincias portuguesas, fazem parte integrante da Nação. É a Constituição da República que o proclama! Muito bonito, muito fácil, muito sentimental... Não bastará o exemplo argelino para demonstrar inequivocamente a falência do jurídico e do constitucional? Enquanto Ghana e o Sudão se tornam independentes, enquanto a França deixa Madagascar proclamar a República e permite à Guiné que prosiga sózinha o seu caminho, enquanto a Nigeria, a Serra Leoa, o Tanganica, a Uganda e os territórios da Africa Ocidental Francesa e da Africa Equatorial Francesa marcham aceleradamente para soluções políticas e administrativas que concedem um papel cada vez mais importante às populações indígenas na gestão dos problemas locais, enquanto por todo o lado se nota irreprimível tendência para uma autonomia e uma descentralização crescentes. Portugal apega-se a concepções superadas e contrárias ao sentido da História. O Império governa-se de Lisboa! E a integração continua a ser para o ocupante de São Bento a mais racional, bela e humana das soluções.

Patriotismo? Não. Apenas egoísmo. O sr. O. Salazar vai completar setenta anos. Sabe que não terá já muito tempo à sua frente. Para que precipitar então os acontecimentos, para que perturbar que um Império (fala em Provincias mas pensa em Colonias) velho de muitos séculos seja palco de experiências revolucionárias durante o seu consulado?

Fazer em Portugal o que o governo Attlee fez em Inglaterra ou Mendès em França? Ficar para a História como um entreguista, como o liquidador do Império? Nunca! O mito manter-se-á, assim, por mais alguns anos. Cinco, dez? Qualquer previsão seria gratuita. Angola e Moçambique continuarão de balde a implorar universidades e liceus, as populações negras continuarão a viver em regime tribal, mergulhadas numa perpétua noite de ignorância e selvajaria.

Valerá a pena? Basta colocar-mo-nos numa perspectiva histórica para concluirmos por uma negativa categórica. A Africa desperta, procura e encontra, pouco a pouco, um rumo, deixando de ser um Continente escravo. O negro acorda do seu letárgico sono milenar e descobre em si uma condição humana igual à do branco que o oprime e explora.

Angola e Moçambique nem são pedaços de Portugal, nem pertencem a Portugal. Pertencem aos seus habitantes, a todos eles, sejam pretos, mestiços ou brancos. Mas podem e devem caminhar de mãos dadas com Portugal. Portuguesa é a língua que falam os seus filhos, portuguesa é a arquitetura das suas cidades, portuguesa é a formação da maioria dos próprios intelectuais nativos que combatem a soberania da Metrópole. A Africa moderna nasceu marcada pela presença do homem europeu e terá de evoluir em conformidade com as realidades linguísticas e culturais criadas pela colonização. Para Angola ou Moçambique, cortar os laços com Portugal para cair nas garras da alta finança norte-americana ou na dependência humilhante da União Sul-Africana seria um mal irreparável. Angola tem mais coisas em comum com Portugal do que com a Nigeria ou a Uganda, da mesma forma que Madagascar está espiritualmente mais próxima da França do que de Moçambique.

O fim do Estado Novo permitirá uma nova e audaciosa política em relação ao Ultramar, pondo fim ao mito criminoso de uma impossível integração. Esperemos que não seja demasiado tarde, que a ditadura não disponha de tempo suficiente para que os ressentimentos existentes se transformem numa seara de ódios que tornaria impossível a criação de uma grande comunidade de nações luso-africanas, a que o Brasil, porventura, se associaria, de acordo com a sua vocação de grande potência fiel à raiz lusitana e como tal voltada para o universal e o humano.

Esperar é ainda e sempre a palavra da hora que passa. Enquanto o mundo avança e a Africa se descobre a si própria, Portugal é forçado a esperar o fim do Estado Novo para retomar o seu destino histórico e corresponder ao que dele esperam milhões de criaturas que o sr. O. Salazar tem mantido num atraso afrontoso da dignidade da condição humana. (De "O Estado de S. Paulo", 19-4-58)

## DEMOCRACIA ESPAÑOLA

Leia "Democracia Española", órgão dos anti-franquistas do Brasil. Na hora que se aproxima, os democratas portugueses e espanhóis não podem ignorar-se.



Esta fotografia representa o almirante Tomás recebendo das mãos de alguns comandadores portugueses radicados no Brasil, uma mensagem que estes últimos lhe farão servir de expressão de pensamento de todos os portugueses no Brasil. Foi publicada em "Notícias de Portugal", boletim semanal do SNI, e reproduzimo-la porque nos recorda, a contragosto, uma medida de higiene social que o Portugal de amanhã terá de enfrentar: as sanções impostas àqueles que assinam documentos em nome de outrem — como, infelizmente, é o caso da representação de comandadores que foi, agora, a Lisboa. Os srs. comandadores assinaram um cheque que lhes não pertencia na totalidade. É melhor que tomem juízo da próxima vez — se houver próxima vez. Estamos certos de que estas nossas palavras calarão fundo nas suas consciências. São antes do mais capitalistas, negociantes, compradores e vendedores. Políticos só por força das comendas, que são também, lá no fundo, uma forma de comércio. Saberão, portanto, trocar a tempo uma sociedade muito lucrativa, mas em riscos de falência por uma outra muito mais parcimoniosa, mas sincera e de futuro. Seria bem estúpido perderem tudo em troca de uns fartos, mas momentâneos lucros. E os srs. comandadores são homens de esportividade e de prudência. Estamos certos disso.

# A Resistencia continua

Por muito que os servís propagandistas do Estado Novo insistam em que um clima de invejavel cordialidade reina entre todos os portugueses (como se as prisões não estivessem cheias a transbordar) um fato há que não conseguem ocultar: cada dia que passa, milhares de prospectos clandestinos são postos a circular e correm o país de mão em mão, numa verdadeira cadeia da sorte, em demonstração evidente de que o espírito de resistência é cada vez mais vivo. Publicamos a seguir o ultimo de que temos noticia, acompanhado da expressiva nota final.

**"AOS PORTUGUESES: Não! O sr. almirante Américo Tomas não foi eleito regularmente presidente da República Portuguesa. Todos os habitantes de Portugal sabem isto, e o governo português, porque possui as provas desta verdade incontestável, conhece o facto melhor do que ninguém.**

Querer impor a todos os portugueses como chefe da Nação o candidato que todos os portugueses sabem ter sido derrotado no acto eleitoral é um verdadeiro sintoma de loucura política, e uma inqualificável ofensa aos sentimentos e à inteligência do povo português, é o mais perigoso incitamento que se pode fazer à indignação, à revolta e às imprevisíveis violências a que o desespero pode arrastar os homens e os povos.

O grupo de portugueses que chamou a si o encargo de redigir e distribuir este manifesto é composto de cidadãos pertencentes às mais diversas correntes políticas, ou seus simples simpatizantes, sem interesse portanto no triunfo deste ou daquele credo político, desta ou daquela seita ou facção. Não os movem outros sentimentos que não sejam o de desejarem ver entrar Portugal, ao cabo de trinta e dois anos de ocação das liberdades públicas, no caminho do entendimento entre todos os portugueses e do recíproco respeito pelos ideais e crenças de toda a população.

Apelam, antes de tudo o mais, para o governo — para que o governo se deite inspirar e iluminar por aquele mínimo de clarividência e bom senso capaz ainda de conduzir o país ao debate sério, sereno e sincero das divergências que separam os portugueses.

Um breve surto no passado histórico de Portugal esclarece-nos eloquentemente a respeito dos terríveis males por que a Nação passou quando houve da parte de alguns o propósito de impor, a todos os portugueses, soberanos contra a vontade do povo. 1383, 1385, 1580, 1640 e 1668 são datas que nenhum governante português deve esquecer e nas quais conviria que todos meditassem. Nunca, porém, houve em Portugal uma época tão calamitosa de lutas fratricidas entre os portugueses como aquela em que os conflitos criados pelos conceitos divergentes sobre a legitimidade e a soberania do poder empaparam de precioso sangue português o território nacional entre 1828 e 1834.

De então para cá nunca mais as lutas políticas tiveram origem na con-

testação da legitimidade do chefe da Nação, nem sob o regime monárquico, nem sob o regime republicano. Os partidários da Monarquia, embora continuassem pugnando pela sua restauração, nunca puseram em dúvida a legalidade do resultado das eleições que levaram à suprema magistratura do país os vários presidentes da República, eleitos segundo os preceitos da Constituição republicana de 1911. Nem os próprios republicanos, apesar dos seus dissídios e incompatibilidades, deixaram alguma vez de reconhecer no presidente eleito, mesmo quando candidato dum partido adverso, o legítimo delegado da vontade nacional manifestada. Haja em vista o que se passou com o sr. general Craveiro Lopes.

Aos homens mais ponderados e aos políticos mais sagazes, com olhos inteligentes lançados sobre o futuro, pareceu sempre da maior conveniência evitar tudo o que pudesse degenerar em contestação da legitimidade do primeiro magistrado da Nação. Quaisquer que sejam os processos utilizados para a sua escolha ou para a sua eleição, ele tem de ser investido nas suas funções com o acatamento pelo menos virtual de todos os seus concidadãos, embora as íntimas preferências de alguns destes se inclinasse para outros candidatos.

Um presidente da República a quem a Nação negou a sua confiança num acto eleitoral recente não pode apresentar-se, decorridos que são apenas dois meses e sem que novas eleições se tenham realizado, a querer tomar conta do cargo — para que não foi eleito. A tal violação se chamou sempre em toda a parte uma pura usurpação política. O sr. almirante Américo Tomas, se aceitar ser colocado na presidência da República em condições tão deprimentes da sua honra de cidadão e militar, será considerado um usurpador pela grande maioria dos portugueses. Perspectiva de mau augúrio para S. Eza., para todo povo português, para toda a Nação enfim.

A inteligência e a sensibilidade de cada cidadão constituir-se-ão em tribunal permanente, sempre pronto a condenar um procedimento que na hora própria ficou devidamente documentado, esclarecido — e julgado em definitivo.

Irão ressoar, durante sete longos anos, na consciência atormentada e escarnejada dos portugueses, como um lúgubre dobre de finados, como um vibrante clarim incitando ao combate ou como um demolidor slogan de saber popular e de sarcástica intenção política, as quatro sílabas temíveis, devastadoras e fatídicas: "U-sur-pa-dor! U-sur-pa-dor! U-sur-pa-dor!"

Onde estão os portugueses patriotas e clarividentes, capazes de fazerem recuar a Nação no caminho da liberdade e numa era de verdadeira justiça para todos e de concordia entre todos? Onde quer que eles estejam, para eles apelamos em última instância com esta súplica patética: "Salvem Portugal! Salvem o povo português!" (LER, COPIAR E FAZER CIRCULAR).

## LEITOR DO BRASIL

Portugal Democrático nasceu do teu patriotismo e da tua generosidade. Para que a sua presença na vida portuguesa seja cada vez maior é preciso, indispensável que o teu auxílio seja também maior.

## Hospitalidade Salazarista

O Dr. Domingos Ramos Paiva, presidente da Associação Beneficente Santo António, um dos diretores da Tertulia Académica de São Paulo e membro, por diversas vezes, da diretoria do Clube Português, é uma figura sobejamente conhecida na colónia portuguesa. Ligam-no a Portugal laços de família, formou-se em matemática pela Universidade de Coimbra e, posto mais tarde se tenha formado em engenharia pela Politécnica de São Paulo e, como brasileiro, se houvesse dedicado no seu País, jamais deixou de estar preso, pelo sentimento, à terra de seus Pais.

Havia, 18 anos, porém, que não visitava Portugal. E no ano passado, para legalizar a doação que fizera à freguesia de Folgosa da Maia da casa que pertencera a sua Mãe, decidiu-se o Dr. Ramos Paiva a essa romagem de saudade. Foi recebido por toda a aldeia com as mais e pontâneas e carinhosas manifestações de simpatia. E porque lhe agradara alongar as férias demorou-se por lá até agora.

Ora aconteceu que um parente e amigo do Dr. Domingos Ramos, presidente naquela freguesia, se decidiu a tomar parte das comemorações que se prestaram ao 48º aniversário da implantação da República. Na madrugada desse dia, porém, surgiu a polícia em Folgosa da Maia e levou sob prisão o parente do Dr. Domingos. Este, ciente do ocorrido, correu naturalmente ao Porto, para onde o parente fora levado com o intuito de desfazer o equívoco que certamente levava as autoridades a prendê-lo. Mas não houvera equívoco. E tanto não houvera, que a polícia, que em Portugal não reconhece o direito, seja a quem for, de lhe pedir satisfações ou de a julgar em erro, deve também sob prisão o Dr. Domingos. E lá estaria ainda se amigos influentes e o Consul do Brasil no Porto não fizessem saber à polícia de Salazar a exorbitância de poderes em que incorria prendendo um cidadão de outro país.

É evidente que o Dr. Domingos Paiva desconhecia o perigo a que está sujeito em Portugal todo aquele que preza a liberdade ou se solidariza com quem a perde. Mas agora, que o sabe por experiência própria, não queremos que venha a curtir mais sanções por um país onde o governo manda encarcerar sem culpa os cidadãos que vão de fora com o intuito generoso de doar ao património as propriedades que lhes deixaram...

# "É lícito julgar que este governo será o último do regime"

- afirma Delgado aos novos ministros

Exmos. Senhores Ministros:

Não podem V. Exas. julgar impertinentes as considerações que vou permitir-me fazer-lhes acerca do atual momento político português. Menos ainda que o faça em carta aberta, porquanto pública deve ser a discussão entre homens públicos — e eu não sei como considerar-me de outra forma, depois do que ocorreu durante as eleições de Junho, apelidadas de farsa pela grande imprensa estrangeira.

Todo o comentário à vida portuguesa é útil, oportuno, e constitui direito fundamental dos cidadãos, não se compreendendo que alguém possa sentir-se lesado e à vindicta recorrer quando tal direito é legitimamente exercido.

Quer sejam apreciadas honestamente as minhas atitudes e considerações, de patrióticos objetivos, quer sejam deliberadamente desvirtuadas e por elas venha a sofrer, como já está sucedendo, continuarei dando cumprimento ao imperativo que me impõe a consciência de cidadão e ao mandato que penso ter recebido de centenas de milhares de portugueses para reintegrar a Pátria na sua completa constitucionalidade, que o mesmo é dizer em toda a pureza das suas instituições republicanas.

Para tanto, há que reconhecer por reconhecer que os 230.000 eleitores oficialmente admitidos como tendo votado a minha candidatura e os muito milhares de portugueses que manifestaram o seu apoio aos princípios que formulei durante a campanha eleitoral, têm um lugar de fato e de direito nos negócios políticos do País.

Querer ignorá-lo, ou querer recusá-lo, é trabalhar para exercer ódios e fomentar contradições que afetam a unidade da Nação e são inimigos dum pacífico convívio social; com os perigos inerentes.

Por isso, agrade o não aos altos dignitários do Estado, continuarei insistindo por uma política de pacificação entre todos os portugueses, baseada numa legitimidade real, inofensiva e sólida do Poder, garantida pela honesta escolha dos seus representantes.

Faço-o na certeza de que sirvo os mais sagrados interesses da Pátria e exprimo o desejo da imensa maioria da Nação.

A maneira como o Povo espontaneamente recebeu uma candidatura presidencial que traduzia as suas mais vivas aspirações, ninguém pode hoje dizer que a desconhecido, tão retumbante e tão afirmativa foi a sua projeção.

Mais do que uma campanha constituiu um plebiscito no qual os portugueses mostraram a sua indômita e invencível vontade de serem livres e senhores exclusivos dos seus próprios destinos.

Fui beijado, abraçado, aclamado de lirantemente por novos, por velhos, gente de todas as classes, homens e mulheres, nas cidades, nas aldeias, nas estradas, apesar das muitas dificuldades e dos artificios da força usados para o impedir. Recebi milhares de cartas, telegramas, telefonemas, homenageando-me, inebriando-me ânimo. Não quer esse Povo, como eu não quero, e poucos serão os que querem, embora a propaganda do Estado Novo queira fazer erer que estamos em face de um tal perigo, a subversão social, a destruição dos altos valores morais e espirituais humanos. Uma juventude, apesar de educada segundo as doutrinas do Estado Novo; a classe média representante dos bons costumes portugueses; camponeses e operários tementes a Deus; toda essa gente, o grosso das multidões que, mesmo em risco de serem espancados ou mortos, me aplaudiram.

E por que o Povo se manifesta? Por que tantos choram ao abraçar-me e outros me agarravam, me tateavam com místico fervor?

Por que tanto alvoroço e ansiedade? Porque tinham fome e miséria, me diziam muitos deles.

"Salve-nos, Senhor General!" eis o grito vibrante da sua ansia.

Por toda a parte, agarrados ao meu carro, esse grito impressionante — Salve-nos, Senhor General! — ecoava numa manifestação de fé que velhos disseram nunca haverem visto. E por que?

Porque tiveram os seus maridos, os seus filhos, os seus parentes ou amigos, presos, deportados, maltratados, "por não serem da situação", porque perderam os seus empregos, porque estiveram doentes e não puderam tratar-se... — diziam. Por outras tantas causas, meu Deus!

Quantos clamores, quantas lágrimas! Milhares, milhares, milhares, Senhores Ministros!

E não era a mim, modesto e ignorado candidato que as manifestações se dirigiam. Era às idéias e esperanças que no momento encarnava, como escolhido

para cúpula do movimento de conciliação da Família Nacional.

Quando fui recebido no Porto de modo triunfal por uma multidão avaliada por estrangeiros em 150 ou 200 mil pessoas, o meu nome mal era conhecido dos portugueses. Pouco tinha ainda exposto do meu pensamento, estava a ser atacado violentamente por elementos tendenciosos da Oposição.

Eu próprio, aliado por muito tempo da política e, em parte, habituado a ter das realidades o conceito oficial, ficava espantado ante os fatos a que os meus olhos assistiam.

Tudo, porque, dias antes, eu proferira a palavra mágica que a maioria ambicionava ouvir e que jamais alguém, num país sufocado pelo medo, se atrevera tão claramente a pronunciar: Demissão! Demissão!

Qualquer outro homem honesto na minha posição que o tivesse feito obteria, provavelmente, o mesmo êxito e, portanto, refiro-o sem vaidade — aliás aqui desabada.

Só então, verdadeiramente, compreendi o que faz um regime de força 32 anos no Poder, ao que conduz um estado político que amordaça a livre discussão dos problemas nacionais e para que serve a subserviência, a adulação, o elogio mútuo.

Só então avalei, em todas as suas enormes dimensões, quão divorciado do Povo está o Governo e quão profundo é o abismo que os separa.

É que estar em Lisboa, de cátedra, como grandes senhores, — magister dixit — a ditar ordens e leis para o País, querer conduzir um Povo segundo uma opinião pessoal; desejar impor um figurino e tudo pretender submeter à sua imagem e semelhança, por muitos que tenham sido os melhoramentos, as reformas e as "benesses", não é o mesmo que deixar a cada um a liberdade de tomar posição independente em face da Administração pública, nem é o mesmo que viver a Nação na certeza de que é Ela própria que dirige os seus destinos.

Tomai contacto com o Povo, ouvi-o e estive no seu lugar. Como ele sofreu, fui objecto de brutalidades, repressão e tropelias, a despeito de usar as estrelas de general e acabar de chegar da mais alta representação militar no estrangeiro.

Só agora, verdadeiramente, sinto até onde chega a sua razão.

Posso, portanto, em nome de centenas de milhares de portugueses, das suas esperanças, dos seus anseios, e dos seus legítimos direitos, tornar-me intérprete, neste momento, junto de Vossas Excelências do menos que um Povo oprimido está em condições de pedir: conciliação, bom senso, atenção às lições de História!

Ao menos isto, meus Senhores, para não falar do que seria de esperar de um Governo que apregoa basear-se na Moral e na Religião, em benefícios dos presos submetidos a torturas medievais e das suas famílias que, passando negra miséria, me procuram para lhes conseguir pão para os maridos em liberdade e obter-lhes pão.

Todos somos portugueses. Todos temos direitos — um deles o não estar preso, indefinidamente, sem causa palpável.

Senhores Ministros:

Vão Vossas Excelências iniciar um novo Governo e já os órgãos informativos oficiais, na ansia de salvaguardar um falso conceito de prestígio, se apressam a destacar, numa confrangedora e gagueira, que a política será a mesma e nada substancialmente se modificará.

A quem tenha presenciado serenamente e com espírito observador os acontecimentos da recente campanha, a quem tenha em mente servir leal e dignamente os elevados interesses da Nação — e só a Nação há-de, por certo, parecer que a política não pode de modo algum continuar a ser a mesma e muito de substancial há que modificar.

A Nação está débil, subdesenvolvida, atingida pelo desemprego, e é nesse estado que vai enfrentar as consequências que até nós chegaram da nova organização europeia do mercado comum e integração económica — a despeito do que se vai dizendo em sentido contrário.

A Nação está socialmente distanciada de quase todos os países civilizados, os índices gerais da vida são dos mais baixos do mundo, e é nesse estado que se propõe manter e aumentar as suas despesas com organismos e uma burocracia que países de complexas e enormes atividades, de imensa população, não tem. Até a grande imprensa, bem ligada ao Governo, como é notório, ao caso se referiu, tão clara é a exploração do pobre Povo português.

A Nação foi arrastada para profundos diferendos políticos, não possui uma verdadeira Representação Nacional, não disfruta as garantias e liberdades essenciais e é nesse estado que faz parte da comunidade livre ocidental, a fim de,

paradoxalmente, ajudar a levantar uma barreira aos inimigos externos da liberdade.

O descontentamento político alastrou às nossas mais importantes províncias ultramarinas, onde o éco da minha candidatura repercutiu triunfalmente, e é nesse estado que a Nação defronta o novo nacionalismo afro-asiático e os ataques da Comissão de Curadorias da ONU.

A Nação, de formação moral estruturalmente católica, está perfeitamente apta a possuir um *Governo Livramento Eleito*, de uma feição provavelmente Cristã-Democrática, como na Alemanha, na França, na Itália e tantas outras Nações, garantindo assim a inteira inviolabilidade dos mais altos valores da Pátria. Ora é em estado de escravidão que se mantém a Pátria, para vergonha de um Governo imposto há 32 anos, com o inerente desprestígio de Portugal.

Confundir estes e outros problemas, que devem ser resolvidos de harmonia com o consenso geral e por quem a Nação livremente eleja, com questões de ordem pública, como sucedeu nas últimas eleições, é uma mistificação e um maquiavelismo que a grande maioria dos portugueses reprova. E bem o mostram.

Também sou defensor da ordem e da segurança nacional. Mostrei-o, mais de uma vez, ao ponto de ser ferido a tiro, em condições que ultrapassaram o meu dever.

Mas a ordem pública é um meio, não um fim. Com ela se assegura a coexistência das liberdades e se garante aos indivíduos o livre exercício dos direitos constitucionais. A ordem defende a Legalidade ao respeito pela Constituição. Impede os abusos, o arbítrio e a provocação. Precisamente o mais necessário em eleições.

Ora, ao contrário, usou-se a força contra os meus colaboradores e contra mim, na recente época eleitoral, com abuso, com arbítrio e com provocação.

Vão Vossas Excelências iniciar o novo período governamental.

As responsabilidades que recaem sobre Vossas Excelências são agora maiores, porquanto é lícito julgar que este Governo constitui o último do regime, inexoravelmente entregue às leis naturais da fadiga e da auto-destruição.

Por tal razão, neste momento grave para os Portugueses, eu, ao contrário do que se anuncia, formulo os votos de que seja outro o rumo político da Nação; que muito de profundo seja remodelado, e que o País reencontre na Concórdia, no Progresso e na Liberdade o seu histórico destino.

Como Vossas Excelências, os meus colaboradores e eu não desejamos que se reinicie nos erros dum passado longínquo de que os homens da Situação tanto falam, apesar de tantos anos passados. Mas também não queremos que se reinicie nos erros e desmandos da atual situação.

De novo em nome de quantos apoiaram a minha candidatura eu reclamo a publicação urgente de medidas tendentes à pacificação nacional; à restituição da

## O Natal do Prêso Político Português

A iniciativa do "Portugal Democrático" em promover este ano o "Natal do Prêso Político Português" foi, sem dúvida, bem acolhida pela maioria da colônia. Ainda recentemente, durante a jornada de confraternização do 5 de Outubro, tivemos ocasião de verificar até que ponto é grande a receptividade dos portugueses de S. Paulo a uma campanha tão eminentemente justa e humana.

Durante o mês findo os donativos afluíram, naturalmente, em maior número do que nos anteriores. Mas estamos longe de atingir a importância que o movimento justifica. Os retardatários devem por isso apressar-se. Aliás, para que todos aqueles que sofrem no silêncio árido das prisões salazaristas pela sua dedicação à causa da Pátria possam ter o seu Natal, a recepção de todas as doações encerra-se no próximo dia 1 de dezembro. Lembremos uma vez mais aos nossos leitores que, até lá, podem entregar os seus donativos na nossa redação, à Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, em São Paulo.

LEITOR DA METRÓPOLE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

é uma tribuna ao serviço da liberdade. Promover a sua expansão é prestar um serviço à causa de todos nós.

confiança entre compatriotas; ao combate do medo; ao rigoroso cumprimento do Artigo 8.º da Constituição, à elevação do nível geral de vida do Povo Português; à moralização dos costumes políticos e económicos; a uma ampla anistia a todos os presos e exilados por delitos chamados políticos.

Permito-me ilustrar a minha carta apenas com três imagens da minha chegada ao Porto no dia 14 de Maio.

Em duas delas, para vergonha dos nossos costumes políticos, eliminadas pela Comissão de Censura à Imprensa, verão Vossas Excelências parte da multidão que na estadia de S. Bento esperava um candidato que nada mais prometia ao Povo do que os votos a cima desermiinados e já formulados na minha proclamação ao País.

É este êxito obtém-se sem fundos do Estado, sem circulares a recomendarem as célebres "manifestações espontâneas" (destas dá bem idéia a circular cuja cópia se junta), sem arrebancar indivíduos em camionetas a 200 quilómetros de distância, sem elementos da Legião a deslocarem-se com salários, transportes e alimentação pagos pelo contribuinte.

Noutra, referente à glomeração na praça de Carlos Alberto, poderão Vossas Excelências verem para que tem servido nas escolas a propaganda e a educação do Estado Novo durante 32 anos, e por quem a verdadeira mocidade portuguesa se inclina a simpatizar, como o próprio "Diário da Manhã" ainda há pouco, alarmado, reconheceu.

Senhores Ministros:

As lições da História clamam inexoravelmente ao recitarem o que sucede a quem pretende governar contra a vontade de um Povo!

Que Vossas Excelências se recordem nesta hora séria da Nacionalidade, facilmente transformável, por Vossas Excelências, na Hora Redentora da Conciliação, são os votos que a Vossas Excelências apresento. A bem da Nação.

(a) Humberto Delgado, General.

## EM LISBOA

### Salazar dispersa a multidão com bombas lacrimogéneas

(De um dos correspondentes especiais do "Portugal Democrático")

Lisboa, Outubro — O sr. Oliveira Salazar acaba de revelar uma das facetas que, no decorrer de trinta extensíssimos anos, ainda não mostrara: se as pessoas não o aclamam como "Messias", obriga-as a dispersar à força de bombas lacrimogéneas!

A notícia já deve ser evidentemente conhecida através dos despachos das agências telegráficas internacionais, mas, visto que estas nem sempre dizem tudo quanto os seus repórteres vêem, salientamos ainda o acontecimento. Faltando-lhes a "coragem" que tiveram em maio, quando feriram a tiro a multidão que enchia a Rua Augusta e as artérias circunvizinhas do Liceu Camões, passaram a servir-se de bombas lacrimogéneas, de efeito seguro embora não mortal. E' que, por outro lado, os comandos fascistas verificaram que era absolutamente contra-producente o ataque a tiro contra multidões indefesas, e que a revolta assim gerada subsistia, mesmo depois de decorridos muito meses.

Como deve ser do conhecimento dos nossos leitores, as manifestações previstas para comemorar a data simbólica de 5 de Outubro foram notavelmente reduzidas por decisão policial. E, deste modo, limitaram-se a dois ou três atos evocativos que tiveram, necessariamente, de ser limitados a um número bem restrito de pessoas.

Nem por isso a cerimónia do cemitério do Alto de S. João deixou de ser presenciada por mais de quatro mil pessoas, que escutaram os discursos de alguns líderes oposicionistas. Porém, a deposição de flores no pedestal do monumento erguido em memória do grande presidente e excelso democrata que foi António José de Almeida foi perturbada por elementos policiais que, a todo o custo, procuraram desviar os muitos milhares de pessoas que procuravam alcançar a pequena praça da Avenida de Miguel Bombarda. Não obstante, cerca de seis mil pessoas, ou talvez mais, conseguiram chegar ao local ou imediações. No momento em que o general Humberto Delgado depunha uma coroa de flores, a multidão começou a ovacionar delirantemente o "Homem Sem Medo" e a polícia salazarista não hesitou: lançou para o meio da multidão diversas bombas lacrimogéneas.

Vê-se que a repressão se exerce

## Teotónio Pereira contra Salazar?

Lisboa (do nosso correspondente especial) — Ao tomar conhecimento da publicação pelo "New York Times" de uma carta em que o general Delgado descreve a um amigo a farsa eleitoral de Junho e a fraude das urnas que se lhe seguiu, o sr. Salazar desistiu, à última hora, de enviar para o Canadá o ex-candidato à Presidência da República.

A atenção dos meios políticos foi, nos últimos dias, polarizada por um acontecimento de enorme significado e a que nos círculos ligados à União Nacional se chama já "a traição do sr. Teotónio Pereira". Com efeito, o antigo embaixador do Estado Corporativo na Inglaterra vem desenvolvendo esforços discretos mas insistentes no sentido de entrar em contacto com destacadas personalidades da oposição.

O seu principal intermediário, o sr. H. C. Moreira Baptista, secretário da Informação, assustado com a "audácia" do delém do regime apressou-se, no entanto, a denunciar os seus maneios ao chefe do governo. O sr. Teotónio Pereira teria afirmado em determinado momento: "Isto cairá por si".

cada vez mais violentamente. Mas os portugueses reagem com a mesma vivacidade e servem-se de todos os motivos para afirmarem a sua oposição total ao regime que há trinta e dois anos se locupletou ilegalmente com o poder, não permitindo o acesso dos autênticos representantes do Povo Português.

Os boatos continuam a correr. O último dá como possível o afastamento de Salazar a curto prazo e a sua substituição por um triunvirato, do qual fariam parte o general Humberto Delgado, o general Botelho Moniz (atual ministro salazarista da Defesa) e um civil! O objetivo do humor é claro: a "situação" serve-se de todos os pretextos para tranquilizar a população, cujo único desejo é o termo do governo ditatorial. E põe a circular notícias como esta, na esperança de que a opinião pública comece a acreditar que o regime se encaminha para uma evolução que chegará à Democracia. Não se deixem iludir os portugueses. Só alcançamos a liberdade quando o fascismo deixar de se impor, subrepticamente ou violentamente, os seus métodos. Queremos, de fato, a liberdade. Mas sem Salazar e sem os seus apanigados — a liberdade em o povo, de povo e para o povo.

## E depois de Salazar?

No nosso próximo número, além da colaboração habitual, contamos poder publicar o primeiro depoimento enviado da metrópole por um dos mais conhecidos democratas portugueses sobre as possíveis soluções para a pergunta: "E depois de Salazar?", e dois artigos dos jornalistas profissionais Victor da Cunha Rêgo e Fernando da Silva Correia subordinados ao mesmo tema.